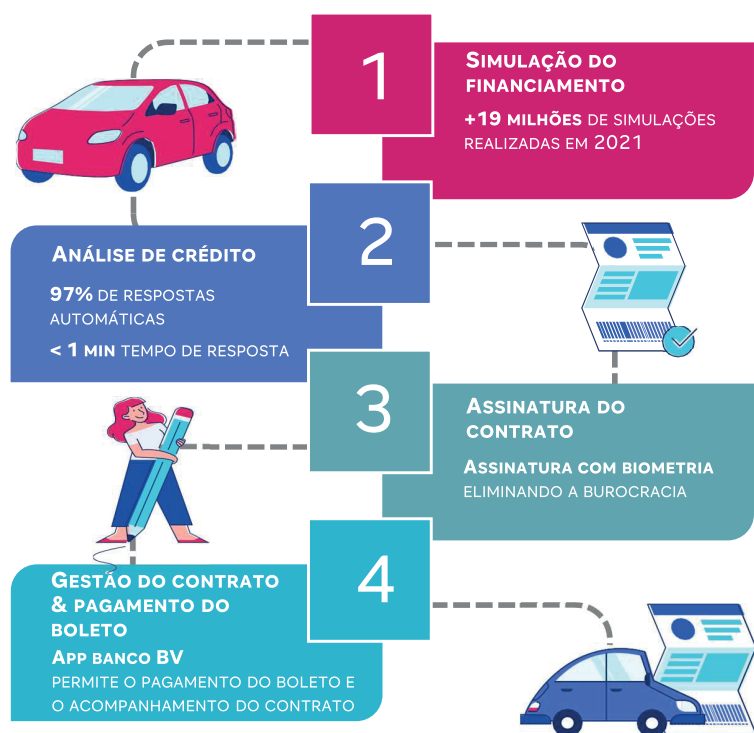


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ESTRATÉGIA DIGITAL

ESTEIRA DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS 100% DIGITAL

Nosso principal negócio também é digital! **NOSSA ESTEIRA DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS É 100% DIGITAL**, desde a simulação do negócio, passando pela assinatura do contrato, até o pagamento das parcelas. Desenvolvemos um processo de análise de crédito totalmente eficaz e seguro que fornece respostas automáticas em 97% dos casos em menos de um minuto, garantindo agilidade aos nossos parceiros lojistas e satisfação aos nossos clientes.



Reforçamos investimentos para expandir as vendas via canais digitais e ampliamos nossas parcerias digitais, que hoje incluem: **MEU CARRO NOVO, MERCADO LIVRE, USADOSBR E CARFLIX.**

Durante 2021, registramos **19 MILHÕES DE SIMULAÇÕES DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS**, crescimento de 28% sobre 2020, sendo que **38%** das simulações foram realizadas nos **CANAL DIGITAIS** (site BV e parceiros digitais), comparado a 22% em 2020.

BVx UNIDADE DE NEGÓCIOS DE INOVAÇÃO

A estratégia digital do BV passa pela busca incessante de melhores serviços e experiências aos nossos clientes, sempre tendo a inovação como ferramenta. A **BVx, NOSSA UNIDADE DE NEGÓCIOS DE INOVAÇÃO**, tem a missão de gerar valor através da conexão com o ecossistema de startups, por meio de co-criação, desenvolvimentos proprietários e investimentos em parcerias estratégicas e atua em 3 frentes: **i) CORPORATE VENTURE CAPITAL; ii) BV OPEN E; iii) BV LAB (LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO).**

I. CORPORATE VENTURE CAPITAL E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Investimos e estabelecemos parcerias com *fintechs* e outras *startups* que tenham sinergias com o BV e que complementem o portfólio de soluções aos clientes do banco. **DURANTE 2021, DESTACAMOS NOVAS PARCERIAS:**

Solar

CONSOLIDOU O BV COMO PRINCIPAL PLAYER NO SEGMENTO DE FINANCIAMENTO DE PAINÉIS SOLARES NO BRASIL. NOSSA CARTEIRA SOLAR NO 4T21 Atingiu R\$ 2,5 BILHÕES.

R\$ 2,5 BI
CARTEIRA SOLAR 4T21

trademaster

A FINTECH JÁ ATENDE A MAIS DE 700 MIL PEQUENOS E MÉDIOS VAREJISTAS, REFORÇANDO NOSSA ESTRATÉGIA NO SEGMENTO PME¹

R\$ 1,2 BI
CARTEIRA PME¹ 4T21

S3 bank

TECNOLOGIA DE PONTA EM BANKING AS A SERVICE. A PARCERIA OFERECE UMA PLATAFORMA COMPLETA WHITE LABEL DE BAAS QUE PROPORCIONA AOS CLIENTES A EXPERIÊNCIA DE UM BANCO AO SEUS NEGÓCIOS

WHITE LABEL
DE CONTA DIGITAL

Entre **INVESTIDAS DIRETAS, PARCERIAS PARA CO-CRIAÇÃO E LEAD/DISTRIBUIÇÃO** de produtos, contávamos com aproximadamente **30 EMPRESAS INOVADORAS** enriquecendo nosso ecossistema no encerramento de 2021.

30 PARCERIAS

para cocriação e lead/distribuição de produtos (Representação gráfica não-exaustiva)



1 - Pequenas e Médias Empresas

II. BV OPEN: PLATAFORMA DE PARCERIAS VIA APIS DO BANCO BV

O BV Open reúne um conjunto de APIs ("Application Programming Interface") proprietárias. Isso permite que nossos parceiros de negócios integrem-se ao BV de forma ágil e eficaz e que usufruam da nossa estrutura bancária, serviços de liquidação e custódia e outros produtos financeiros, através de uma base *white-label* para oferecer aos seus clientes serviços bancários digitais com suas próprias marcas.

A plataforma BV Open desempenha um importante papel na estratégia de diversificação de receitas do banco BV, atuando como canal de distribuição dos nossos serviços. Oferecemos aos nossos parceiros e clientes as seguintes soluções BV Open: **BAAS (BANKING AS A SERVICE), CAAS (CREDIT AS A SERVICE) E IAAS (INVESTMENT AS A SERVICE).**

Encerramos o ano de 2021 com **57 PARCEIROS BV OPEN** dos mais variados segmentos como educação, energia, saúde e e-commerce conectados e utilizando os serviços de nossa plataforma BV Open.

A volumetria (# transações) realizada em nossa plataforma BaaS atingiu **208 MILHÕES DE TRANSAÇÕES** no acumulado do ano, crescimento de 334% vs 2020, impulsionado principalmente pelo PIX, meio de pagamentos instantâneo lançado no final de 2020.

57 PARCEIROS BV OPEN
dos mais variados segmentos utilizam os serviços de nossa plataforma BV Open

208 MILHÕES
de transações em nossa plataforma BaaS durante o ano de 2021

III. BV LAB: LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO

CONEXÃO COM ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO

Em 2021 nos tornamos parceiros da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUPS (ABSTARTUPS)** e participamos de diversas iniciativas em conjunto. Em novembro participamos do **CASE (CONFERÊNCIA ANUAL DE STARTUP E EMPREENDEDORISMO)**, o maior evento de startups da América Latina, realizada pela Abstartups. Colaborando com o ecossistema empreendedor levamos para a arena principal do CASE os temas de parceria entre corporates e com startups, inovação, empreendedorismo e esportes.

Estreitando o relacionamento com o ecossistema de inovação, ao longo do ano recebemos alguns fundos de Venture Capital para participação nos encontros **"INOVANDO COM O ECOSISTEMA"**. Nesses encontros, representantes dos fundos Redpoint e.Ventures (Flávio Pripas), Mindset Ventures (Daniel Ibr) & Astella Ventures (Daniel Chalfon) falaram com os colaboradores do BV sobre empreendedorismo, suas teses de investimento e a evolução do ecossistema local.

¹Inclui registro e pagamento de boletos, TED e Pix

Também com um olhar fora do Brasil, seguimos ainda mais conectados ao ecossistema de inovação internacional através da **OPERAÇÃO DO BV LAB EM ISRAEL**. Em parceria com um dos maiores centros de conexão com Israel, o Startup Nation Central, realizamos dois eventos para conhecer a fundo o ecossistema e nos conectar com o que há de melhor na "nação empreendedora".

E para estarmos mais abertos e mais conectados, **LANÇAMOS A PRIMEIRA VERSÃO DO NOSSO PLAYBOOK DE INOVAÇÃO**, com o objetivo de facilitar a interação do banco e startups e realização de projetos de Inovação Aberta. O material dá mais transparência sobre o fluxo de inovação do banco, juntamente com os papéis e responsabilidades dos envolvidos.

INOVAÇÃO ABERTA

Em conjunto com o **DISTRITO**, parceiro do banco BV, **LANÇAMOS QUATRO PROGRAMAS DE INOVAÇÃO ABERTA** em 2021 e **AVALIAMOS MAIS DE 300 STARTUPS**, promovendo a conexão com dezenas de necessidades internas dos times de atendimento ao cliente, ciência de dados, ESG, cobrança, pessoas e cultura, entre outros.

Foi em um desses programas que nos conectamos com a **SIGNUMWEB**, startup que proporciona a **COMUNICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA** por meio de intérpretes fluentes e certificados em libras, que hoje é parceira do banco BV. A ferramenta vem sendo utilizada em nossas reuniões e eventos internos, o que consideramos **UM IMPORTANTE PASSO PARA TORNAR O BANCO BV AINDA MAIS INCLUSIVO**, na direção dos nossos compromissos ESG.

Outra parceria recém firmada é com a **LINKANA**, startup focada no **PROCESSO DE COMPRAS E GESTÃO DE FORNECEDORES**. Em conjunto com time de compras, realizamos o processo de experimentação e implementação da sua solução de gestão de fornecedores, que **ORGANIZA E AUTOMATIZA O PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO**, simplificando todo o processo de análise e tomada de decisão.

EXPANSÃO DIGITAL

Em 2021, nos aproximamos ainda mais do dia a dia das pessoas, levando os principais assuntos sobre o mercado financeiro através dos assistentes pessoais **ALEXA** e **GOOGLE ASSISTENTE**. A iniciativa traz **PODCASTS COM ANÁLISES DIÁRIAS E SEMANAIS DOS ECONOMISTAS DO BANCO**, Roberto Padovani e Carlos Lopes.

RANKING DE INOVAÇÃO – ESTADÃO EMPRESAS MAIS DE 2021



O banco BV ficou no **TOP 3 DO RANKING DE INOVAÇÃO** no segmento **"BANCOS"** no Estadão Empresas Mais de 2021, o maior e mais completo ranking empresarial do Brasil. Esse reconhecimento é fruto da construção de uma cultura que valoriza a inovação, a transformação digital, o ecossistema de parceiras e uso inteligente de dados.

CLIENTES NO CENTRO DA NOSSA ESTRATÉGIA

BUSCA INCESSANTE NA MELHORIA DA EXPERIÊNCIA DOS NOSSOS CLIENTES

Nosso propósito é **TORNAR MAIS LEVE A VIDA FINANCEIRA DE PESSOAS E EMPRESAS**. Sempre buscamos desenvolver uma cultura empreendedora que enfatizasse um forte compromisso em cuidar de nossos clientes e atendê-los com suporte de alta qualidade. Buscamos implementar essa abordagem porque acreditamos que isso ajuda a diferenciar nossas soluções e estabelecer a lealdade do cliente em um mercado em que os serviços financeiros são tradicionalmente oferecidos por instituições consolidadas no mercado, que acreditamos muitas vezes não prestar um serviço de qualidade equivalente às taxas cobradas. Essa crença é evidenciada pelo grande número reclamações consumeristas contra tais instituições.

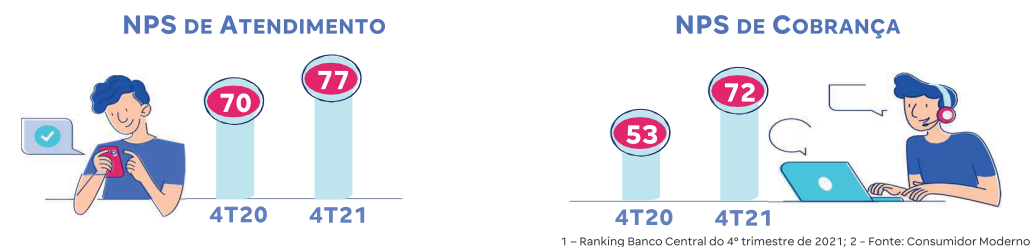
Nós do banco BV colocamos **O CLIENTE NO CENTRO DA NOSSA ESTRATÉGIA**, com uma postura de estar próximo do cliente, criar empatia e ter um relacionamento respeitoso. Nosso posicionamento tem nos garantido continuamente o **Menor Número de Reclamações** procedentes por milhão de clientes entre os grandes bancos do país, segundo o **RANKING DE RECLAMAÇÕES DO BANCO CENTRAL**¹.

Outro reconhecimento importante foi a conquista do **1º LUGAR DO PRÊMIO RESPEITO 2021** na categoria Crédito Pessoal. Atualmente na 19ª edição, o prêmio tem como objetivo reconhecer as empresas que apresentem atributos considerados pelos consumidores como sinais de respeito, atendimento de qualidade, preços justos, agilidade e cortesia.



Adicionalmente, fomos indicados ao **PRÊMIO RECLAME AQUI 2021** e ficamos no **TOP 5 DAS MELHORES EMPRESAS PARA O CONSUMIDOR** na categoria "BANCOS", um grande reconhecimento para as empresas que oferecem o melhor atendimento aos seus clientes. Nossa reputação no portal permaneceu **"BOM"** e com um índice de **7.4/10**, uma das melhores avaliações na indústria financeira no Brasil.

Por fim, quando falamos em centralidade no cliente, não podemos deixar de mencionar o **NPS (NET PROMOTER SCORE)**, metodologia de pesquisa amplamente conhecida utilizada para medir a satisfação do cliente. Temos observado importantes avanços nos nossos indicadores de NPS, reflexo dos esforços contínuos para entregar uma melhor experiência. No canal de atendimento ao cliente, nosso **NPS TRANSACIONAL MÉDIO DE ATENDIMENTO NO 4T21 FOI DE 77** contra 70 no 4T20. Já no **SETOR DE COBRANÇA, O NPS EVOLUIU DE 53 NO 4T20 PARA 72 NO 4T21.**



1 - Ranking Banco Central do 4º trimestre de 2021; 2 - Fonte: Consumidor Moderno

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

COMPROMISSO ESG 2030: PACTO POR UM FUTURO MAIS LEVE

Nós temos a concepção de que sustentabilidade se dá pelo desenvolvimento e execução de ações constantes e duradouras, que reafirmam nosso compromisso com o desenvolvimento do Brasil, diminuam o impacto ambiental e garantam uma gestão mais leve e ampliada de riscos e oportunidades para nossos clientes e colaboradores. A concepção precisa virar ação, e para isso criamos 3 pilares de atuação: 1) Neutralizar nosso impacto ambiental; 2) Acelerar a inclusão social e; 3) Mobilizar recursos para fomentar negócios sustentáveis.

Em maio deste ano, divulgamos o nosso "Pacto BV para um futuro mais leve", em que assumimos **5 compromissos públicos em ações ESG para serem cumpridos até 2030**. Estes compromissos reforçam os nossos pilares e o nosso propósito de tornar mais leve a vida financeira das pessoas e empresas. As nossas metas estão alinhadas com os ODS¹ da ONU, dos quais somos signatários. São elas:

PACTO POR UM FUTURO MAIS LEVE

NEUTRALIZAR NOSSO IMPACTO AMBIENTAL

ACELERAR A INCLUSÃO SOCIAL

MOBILIZAR RECURSOS PARA NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS

1. Efetuar **100% DA COMPENSAÇÃO DE CO2 DO NOSSO PRINCIPAL NEGÓCIO**, o financiamento de veículos usados
2. **COMPENSAR 100%** das emissões de **GEE²** diretas do BV
3. **ATINGIR 50% DE CARGOS DE LIDERANÇA** ocupados por pessoas que se identifiquem com o **GÊNERO FEMININO**
4. Garantir participação de **35% DE NEGROS** no quadro de colaboradores do BV
5. Financiar e distribuir em mercado de capitais **R\$ 80 BILHÕES PARA NEGÓCIOS ESG**

LANÇAMENTO DA CAMPANHA "VAMOS FALAR DE DINHEIRO?"

Levamos a sério o nosso propósito de tornar mais tranquila a vida financeira das pessoas e empresas, e estamos colocando em prática. Em 2021, lançamos a campanha "Vamos falar de dinheiro" no qual a proposta principal é **promover conversas sobre a relação das pessoas com o dinheiro**. As conversas são comandadas pela nossa embaixadora, Taís Araújo, e feitas com diversos convidados de uma forma aberta e tranquila.



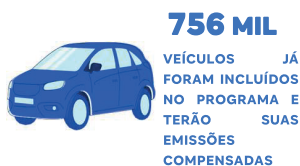
1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; 2 - Gases do Efeito Estufa

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2021

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

AMBIENTAL

Compensar 100% das emissões de CO₂ dos automóveis que financiamos a partir de 2021 é uma de nossas metas presentes no "Pacto BV para um futuro mais leve". Seguindo nessa direção, lançamos uma importante campanha: o **BV COMPENSA**, que em 2021 atingiu **661 MIL TONELADAS DE CO₂e¹** compensando a emissão de **756 MIL VEÍCULOS**.



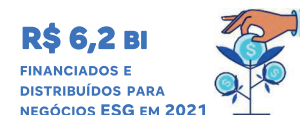
Também temos como meta compensar 100% das nossas emissões diretas. Durante o ano de 2021 **COMPENSAMOS CERCA DE 3,1 MIL TONELADAS DE GEE²**, que anularam totalmente nossas emissões diretas.



No pilar de **MOBILIZAR RECURSOS PARA NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS**, participamos da **PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURE CLASSIFICADA COMO SUSTAINABILITY-LINKED BONDS (SLB)** da Allonda, empresa de engenharia focada em soluções sustentáveis. Também **CONSOLIDAMOS NOSSA PRESENÇA E PIONEIRISMO NO MERCADO DE FINANCIAMENTO DE PLACAS SOLARES**, com crescimento de 181,6% na carteira vs 2020, atingindo **R\$ 2,5 BILHÕES**. Adicionalmente, lançamos uma linha com **TAXAS E PRAZOS DIFERENCIADOS** para o financiamento de **CARROS ELÉTRICOS E HÍBRIDOS**. Todas as iniciativas totalizaram mais de **R\$ 6,2 BILHÕES** destinados a **FOMENTAR NEGÓCIOS ESG NO ANO DE 2021**.



Em 2021 marcamos presença no "EMPRESÁRIOS PELO CLIMA". O evento foi liderado pela Amcham Brasil e coordenado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). O objetivo principal do evento foi **REFORÇAR O COMPROMISSO DO SETOR EMPRESARIAL COM A QUESTÃO CLIMÁTICA** e destacar a relevância das negociações que ocorreram na 26ª Conferência da ONU sobre mudança climática no mês de novembro.



SOCIAL



Acelerar a inclusão social é um dos nossos pilares de atuação para cumprir os Compromissos de 2030. Estamos focados em ser agentes de mudança e garantir que a diversidade presente na sociedade esteja representada entre nossos colaboradores.

Portanto, nos comprometemos até 2030 a: **ATINGIR 50% DE CARGOS DE LIDERANÇA** ocupados por pessoas que se identifiquem com o **GÊNERO FEMININO** e garantir a participação de **35% DE NEGROS** no quadro de colaboradores do BV.

1 - Equivalência em dióxido de carbono

Em 2021, lançamos diversos **PROGRAMAS VOLTADOS PARA DIVERSIDADE E INCLUSÃO**, entre eles:

- i) **"BV DO SEU JEITO"**, programa voltado para aprendizes e estagiários, com foco em diversidade de gênero, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e pessoas negras;
- ii) **"ELAS POR ELAS 2.0"**, programa de estágio que conta com vagas em diferentes áreas, 100% exclusivas para mulheres cis e trans;
- iii) **"LUGAR DE MÃE É NO BV"**, projeto de recrutamento que convida as mães afastadas do mercado de trabalho;
- iv) **"BV A BORDO"**, iniciativa para estimular a parentalidade ativa de todos os colaboradores que tiverem filhos.

BV ESPORTES

Desde 2018, temos uma plataforma de **APOIO SOCIAL POR MEIO DO ESPORTE**, que conta com **PROJETOS SOCIAIS** de renomados atletas e ex-atletas. Em 2021, ampliamos a plataforma e chegamos a 10 institutos que atenderam a mais de **1.500 CRIANÇAS E JOVENS** que participaram de **2 MIL AULAS** presenciais ou virtuais. Além disso, os projetos deram assistência como consultas com profissionais das áreas de psicologia, medicina, nutrição, e fisioterapia, e ainda disponibilizaram professoras nas áreas de inglês e matemática. As **ORGANIZAÇÕES** apoiadas pelo BV **IMPACTARAM DIRETAMENTE A VIDA DE MAIS DE 6 MIL PESSOAS**.

Acreditamos que a mudança de comportamento gera desenvolvimento e que o esporte pode ser o grande catalisador desta transformação. Em 2021 ampliamos o apoio ao esporte através do **PATROCÍNIO** ao maior evento de skate da América Latina, o **STU (SKATE TOTAL URBE)**.



PAINÉIS SOLARES NOS PROJETOS SOCIAIS E 1ª FAVELA SOLAR DO BRASIL

Em parceria com o Meu Financiamento Solar, **DOAMOS PLACAS SOLARES PARA QUATRO PROJETOS SOCIAIS** apoiados pelo banco. A instalação trará **BENEFÍCIOS E ECONOMIA PARA OS INSTITUTOS**, aliando uma solução de **ENERGIA LIMPA COM RESPONSABILIDADE SOCIAL**, duas frentes que estão alinhadas com nossos compromissos ESG.

PROJETO FAVELA 3D: Em parceria com a ONG Gerando Falcões e a plataforma Meu Financiamento Solar, o projeto contemplará a instalação de placas solares nas 240 residências da favela Marte (SP). **TODO O EQUIPAMENTO E INSTALAÇÃO SERÃO CUSTEADOS PELO BANCO BV E O MEU FINANCIAMENTO SOLAR.**

AÇÕES NA PANDEMIA

No primeiro trimestre do ano, retomamos a campanha de apoio ao combate à pandemia. Convidamos nossos clientes, parceiros e sociedade, pessoas físicas e jurídicas, para se engajarem na arrecadação para famílias em situação de vulnerabilidade social. **INICIAMOS COM A DOAÇÃO DE R\$ 500 MIL E PARA CADA R\$ 1 DOADO, DOBRAMOS A DOAÇÃO.**

No total foram destinados **MAIS DE R\$ 1,3 MILHÃO** em **CARTÕES ALIMENTAÇÃO** e **CESTAS BÁSICAS** que atenderam a mais de **15 MIL PESSOAS** através dos projetos sociais que apoiamos.



NOSSAS CERTIFICAÇÕES E COMPROMISSOS PÚBLICOS VOLUNTÁRIOS EM 2021

PACTO GLOBAL: Iniciativa da ONU para empresas alinharem suas estratégias a 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção e contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

PACTO PELO ESPORTE: Acordo privado e voluntário entre empresas para promover mais transparência e governança na gestão esportiva nacional

PROGRAMA GHG PROTOCOL: Responsável pela adaptação do método GHG Protocol ao contexto brasileiro e desenvolvimento de ferramentas de cálculo para estimativas de emissões de gases do efeito estufa (GEE)

PRI (PRINCIPLES FOR RESPONSIBLE INVESTMENT): Uma das maiores iniciativas de investimento responsável no mundo, apoiada pela ONU

PRINCÍPIOS DO EQUADOR: Conjunto de exigências socioambientais aplicadas na concessão de financiamento de grandes projetos

MOVIMENTO MULHER 360: Associação independente que visa contribuir para o empoderamento econômico da mulher brasileira, através do fomento, sistematização e difusão de avanços nas políticas e nas práticas empresariais

ONU MULHERES: Criada em 2010, a ONU Mulheres busca unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres

REDE EMPRESARIAL DE INCLUSÃO SOCIAL: Grupo empresarial que tem a missão de mobilizar empresas no Brasil para promover a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho

FÓRUM DE EMPRESAS E DIREITOS LGBTQIA+: Movimento empresarial que reúne grandes empresas em torno de 10 compromissos com a promoção dos direitos humanos LGBTQIA+

INICIATIVA EMPRESARIAL PELA IGUALDADE RACIAL: Movimento formado por empresas e instituições comprometidas com a promoção da inclusão racial e a superação do racismo no ambiente corporativo

BV É TOP 3!
RANKING GPTW
MELHORES EMPRESAS PARA SE TRABALHAR

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O banco BV tem uma estrutura organizacional que observa a legislação e regulamentação em vigor no Brasil e está alinhada às melhores práticas de mercado, comprometendo-se com os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e de responsabilidade corporativa, bem como adota padrões de boas práticas em linha com as Leis Anticorrupção e de responsabilidade socioambiental.

Colocando a prova nossa governança nos aspectos de transparência e de engajamento no campo da responsabilidade social, ficamos em **1º LUGAR NA CLASSIFICAÇÃO POR SETOR (BANCOS) E 14º NA CLASSIFICAÇÃO GERAL NO RANKING DE GOVERNANÇA CORPORATIVA** do Estádio Empresas Mais.

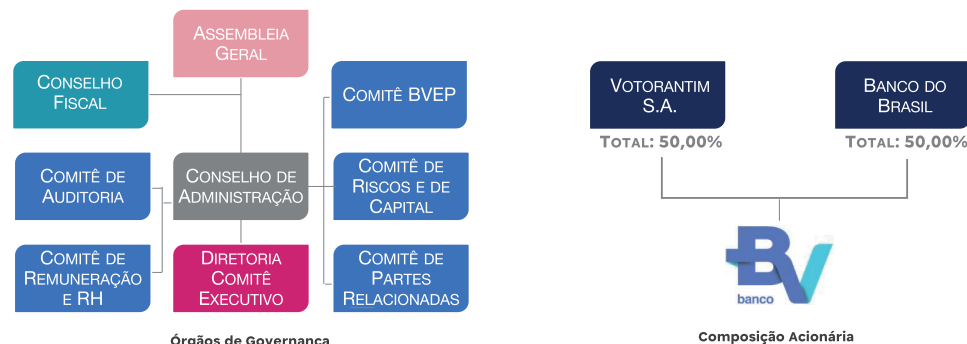
BV é destaque em Governança Corporativa¹

1ª POSIÇÃO categoria Bancos

14º no ranking geral



O organograma a seguir elenca os órgãos de Governança e ao lado a estrutura acionária do banco:

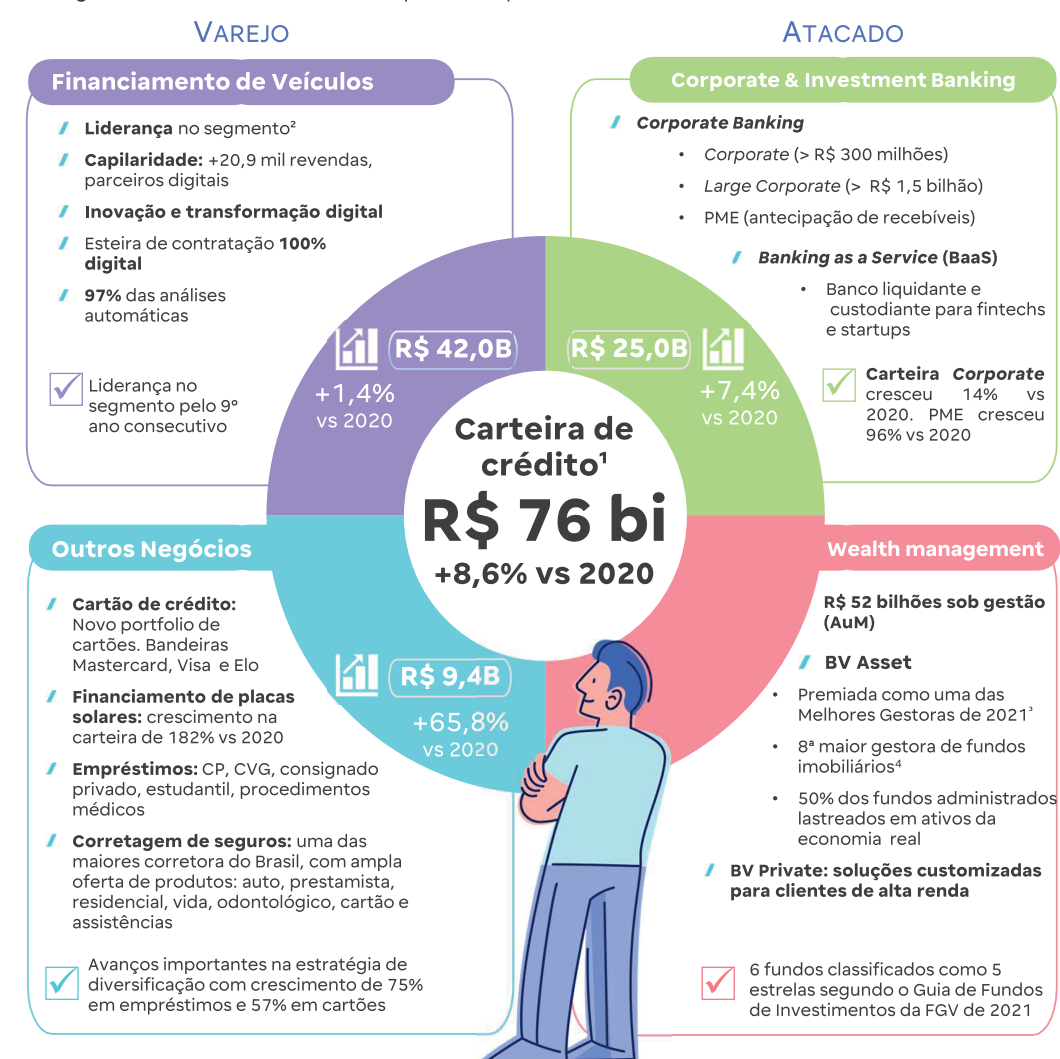


A administração do banco BV é compartilhada entre os acionistas Votorantim Finanças e Banco do Brasil, com participação paritária no Conselho de Administração (CA). **O CA É COMPOSTO POR 7 MEMBROS, SENDO 3 MEMBROS INDICADOS POR CADA UM DOS ACIONISTAS CONTROLADORES E 1 MEMBRO INDEPENDENTE²**. As decisões tomadas nas reuniões do CA são por maioria absoluta, inexistindo voto de qualidade. Em abril de 2021, na Assembleia Geral, houve eleição do órgão para o novo mandato que vigorará até 2023.

1 - Ranking de Governança Corporativa do Estádio Empresas Mais; 2 - O conselheiro independente é escolhido de comum acordo pelos acionistas

PORTFÓLIO DIVERSIFICADO DE NEGÓCIOS

Portfólio multinicho de negócios com ampla oferta de produtos no Varejo e Atacado, suportados pela nossa unidade de inovação BV^x, que nos garante diversificação das fontes de receitas e importantes sinergias entre as diversas atividades que desempenhamos.



1 - Carteira ampliada (inclui garantias prestadas e títulos privados); 2 - Veículos leves usado; 3 - Guia de fundos de investimentos da FGV de 2021; 4 - Ranking ANBIMA de dez/21

RESULTADOS 2021

RECONCILIAÇÃO ENTRE RESULTADO CONTÁBIL E GERENCIAL

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas realocações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado, sem impacto no lucro líquido. Essas realocações referem-se a:

- Despesas relacionadas a provisões (cíveis, trabalhistas e fiscais) realocadas de "(Provisão) / reversão para passivos contingentes" e "Despesas de Pessoal" para "Outras Receitas (Despesas)"
- Custos e receitas operacionais da controlada Promotiva S.A. realocados de "Outras receitas/(Despesas)" para "Receitas de Prestação de Serviços"
- "Descontos concedidos" realocados da "Margem Financeira Bruta" para "Custo de Crédito"
- Custos diretamente relacionados à geração de negócios realocados de "Despesas Administrativas" para "Outras Receitas/(Despesas)"
- Efeitos fiscais e tributários do hedge referente às variações cambiais de investimentos no exterior que são contabilizados em "Despesas Tributárias" (PIS e COFINS) e "Imposto de Renda e Contribuição Social" foram realocados para "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos"

Além dos ajustes gerenciais descritos acima, os números apresentados nesta seção do Relatório seguem a visão dos Resultados Recorrentes. Mais detalhes desta visão estão disponíveis na Nota Explicativa 6 "Resultados recorrentes e não recorrentes".

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO (R\$ MILHÕES)	2021 CONTÁBIL	EFEITOS NÃO RECORRENTES	RECLASSIFICAÇÕES GERENCIAIS	2021 GERENCIAL
Receitas totais (i + ii)	9.422	0	69	9.492
Margem Financeira Bruta (i)	7.049	0	348	7.397
Receita de prestação de serviços e corretagem (ii)	2.374	0	(279)	2.095
Custo de crédito	(2.225)	0	(296)	(2.521)
Outras Receitas/Despesas	(5.039)	10	270	(4.760)
Despesas de pessoal administrativas	(3.261)	10	688	(2.563)
Despesas tributárias	(499)	0	(42)	(541)
Outras receitas (Despesas)	(1.280)	0	(376)	(1.656)
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	2.158	10	44	2.211
Imposto de renda e contribuição social	(594)	(4)	(44)	(642)
Lucro Líquido Recorrente	1.564	5	0	1.569

Para uma análise em detalhes dos números apresentados a seguir, recomendamos a leitura deste documento em conjunto com o Relatório Gerencial de Resultados (RGR) do 4T21, disponível em nosso site de Relações com Investidores (<https://ri.bv.com.br/>).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RESULTADOS 2021

PRINCIPAIS INDICADORES

Resultados	2020	2021	Δ%
Receitas totais (margem financeira + receita de serviços)	8.506	9.492	11,6%
Margem financeira bruta	6.518	7.397	13,5%
Receita de prestação de serviços e com tarifas	1.988	2.095	5,4%
Custo de crédito	(2.807)	(2.521)	-10,2%
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(2.194)	(2.563)	16,8%
Lucro Líquido Recorrente	1.063	1.569	47,6%
Balço patrimonial	2020	2021	Δ%
Total de ativos	116.277	120.166	3,3%
Carteira de crédito ampliada	70.280	76.304	8,6%
Segmento Atacado	23.264	24.984	7,4%
Segmento Varejo	47.015	51.320	9,2%
Recursos captados	80.576	80.590	0,0%
Patrimônio líquido	10.754	11.929	10,9%
Índice de Basileia (%)	14,6%	15,8%	1,2 p.p.
Índice de Capital Nível I (%)	13,9%	14,8%	0,9 p.p.
Índice de Capital Principal (%)	11,7%	12,6%	0,9 p.p.
Indicadores de desempenho (%)	2020	2021	Δ%
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio ¹ (ROAE) - Ajustado	10,4%	14,0%	3,6 p.p.
Retorno sobre Ativo Total Médio ² (ROAA)	0,9%	1,3%	0,4 p.p.
Net Interest Margin ³ (NIM) - Clientes	9,8%	10,2%	0,4 p.p.
Net Interest Margin ⁴ (NIM) - Clientes + Mercado	6,8%	7,2%	0,4 p.p.
Índice de Eficiência (IE) - acumulado 12 meses ⁵	32,3%	34,1%	1,7 p.p.
Inadimplência (acima de 90 dias)	3,5%	3,7%	0,1 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	252%	239%	-12,7 p.p.
Outras informações	2020	2021	Δ%
Colaboradores ⁶ (quantidade)	3.914	4.376	11,8%
Ativos sob gestão ⁷ (Wealth)	49.494	52.341	5,8%

1. Quociente entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio do período. Anualizado; 2. Quociente entre o lucro líquido e os ativos totais médios do período; Anualizado; 3. Quociente entre a margem financeira bruta com Clientes e os ativos médios sensíveis à spreads do período. Anualizado; 4. Quociente entre a margem financeira bruta e os ativos rentáveis médios do período. Anualizado; 5. IE = despesas de pessoal (não considera demandas trabalhistas) e administrativas / (margem financeira bruta + receita de serviços e tarifas + outras receitas operacionais + outras despesas operacionais - despesas tributárias); 6. Não considera estagiários e estatutários; 7. Inclui fundos onshore (critério ANBIMA) e recursos de clientes private (renda fixa, renda variável e fundos offshore).

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito ampliada encerrou o ano de 2021 em R\$ 76,3 bilhões, crescimento de 8,6% quando comparada a 2020, com expansão de 9,2% no Varejo e 7,4% no Atacado.

VAREJO

A carteira do Varejo cresceu 9,2% em relação a 2020, para R\$ 51,3 bilhões. Em linha com nosso plano estratégico, em 2021 registramos avanços importantes na agenda de diversificação, ao passo que mantivemos a liderança no financiamento de veículos¹ pelo 9º ano consecutivo. A carteira de empréstimos² cresceu 75,0%, com destaque para a expansão de 181,6% na carteira de financiamento de painéis solares. Outro destaque foi o crescimento de 57,2% na carteira de cartão de crédito, que teve o lançamento do novo portfólio, além de melhorias na esteira de vendas nos canais digitais e estratégia comercial. O portfólio de veículos cresceu 1,4% vs 2020, com a carteira atingindo R\$ 42,0 bilhões.

ATACADO

No Atacado, também tivemos avanços importantes na estratégia de maior diversificação e pulverização do risco da carteira e incremento de rentabilidade do portfólio. A carteira classificada cresceu 16,8% vs 2020, para R\$ 14,5 bilhões, com destaque para a expansão de 13,9% no Corporate (clientes com faturamento anual entre R\$ 300 milhões e R\$ 1,5 bilhão), segmento que representa 46,5% da carteira classificada do Atacado. Outro destaque no ano foi a expansão de 96,3% no segmento PME's, atingindo R\$ 1,2 bilhão. A carteira ampliada alcançou R\$ 25,0 bilhões no encerramento de 2021, expansão de 7,4% sobre 2020.

INADIMPLÊNCIA 90 DIAS

O principal indicador de inadimplência finalizou o ano de 2021 em 3,7%. Apesar do aumento de 0,2 p.p. vs 2020, o indicador permanece em patamar bastante controlado e abaixo dos níveis históricos pré-pandemia. Não obstante, já foi possível verificar durante o 4T21 um aumento da inadimplência no Varejo, que conforme temos sinalizado, deverá retornar gradativamente aos patamares históricos ao longo de 2022.

FUNDING E LIQUIDEZ

O total de recursos captados alcançou R\$ 80,6 bilhões ao final de 2021, com instrumentos estáveis de captação representando 59,3% do funding total. O banco BV tem mantido sua liquidez em patamares bastante conservadores. O indicador de liquidez LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), cujo objetivo é mensurar a liquidez de curto prazo num cenário de estresse, encerrou o ano de 2021 em 214%, comparado a 226% no encerramento de 2020. Vale destacar que o mínimo regulatório requerido pelo Banco Central é de 100% para este indicador.

CAPITAL

Os índices de capital seguem sólidos e em patamares conservadores. O Índice de Basileia atingiu 15,8% no encerramento de 2021, comparado a 14,6% no fim do exercício de 2020. O índice de Capital Nível I totalizou 14,8% com 12,6% de Capital Principal e 2,2% de Capital Complementar. Importante destacar que, no encerramento do 2021, os mínimos regulatórios verificados eram de 10,0% para o Índice de Basileia total, 8,0% para Capital Nível I e 6,5% para o Capital Principal.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos clientes, parceiros, investidores e acionistas pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO	CARGO
FAUSTO A. RIBEIRO	PRESIDENTE
JOÃO H. B. SCHMIDT	VICE-PRESIDENTE
JOSÉ R. FAGONDE FORNI	Conselheiro
JOSÉ LUIZ MAJOLO	CONSELHEIRO
RENATO NAEGELE	CONSELHEIRO
JAIRO SAMPAIO SADDI	CONSELHEIRO
ÁNDREA DA M. CHAMMA	CONS. INDEPENDENTE

DIRETORIA

MEMBRO	CARGO
GABRIEL FERREIRA	DIRETOR PRESIDENTE
ADRIANA C. GOMES	DIRETORA EXECUTIVA
ALBERTO CAMPOS	DIRETOR EXECUTIVO
ALEXANDRE IBRAHIM	DIRETOR EXECUTIVO
FLÁVIO SUCHEK	DIRETOR EXECUTIVO
GUILHERME HORN	DIRETOR EXECUTIVO
JOSÉ R. SALVINI	DIRETOR EXECUTIVO
ROBERTO JÁBALI	DIRETOR EXECUTIVO
RODRIGO TREMANTE	DIRETOR EXECUTIVO
ROGERIO MONORI	DIRETOR EXECUTIVO
ALBANO CORREA	DIRETOR
ALEXANDRE ZIMATH	DIRETOR
ANA PAULA TARCIA	DIRETORA
CELSO ROCHA	DIRETOR
EDUARDO TELES	DIRETOR
MARCELO KENJI	DIRETOR
RONALDO HELPE ¹	DIRETOR
EDMAR CASALATINA ²	DIRETOR
MARCOS BARROS ²	DIRETOR
LUIZ SEDRANI ²	ADMINISTRADOR

COMITÊ DE AUDITORIA

MEMBRO	CARGO
JOSÉ DANUBIO ROZO	COORDENADOR
WALTER E. RIBEIRO	MEMBRO
RUDINEI DOS SANTOS	MEMBRO

CONSELHO FISCAL

MEMBRO	CARGO
LUPÉRCIO DE S. IZABEL	PRESIDENTE
DIOGO M. C. DE FARIA	CONSELHEIRO
CÉLIO FARIA JÚNIOR	CONSELHEIRO

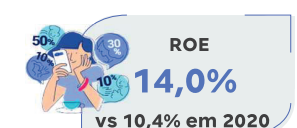
CONTADOR

ALEXEI DE BONA	CRF CRC-036459/O-3
----------------	--------------------

¹ Diretor de Relações com Investidores
² Diretores de sociedades controladas pelo banco BV

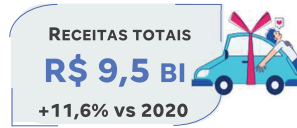
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

Lucro líquido recorrente atingiu R\$ 1,6 bilhão em 2021, crescimento de 47,6% em relação a 2020, equivalente a um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido (ROE recorrente) de 14,0% a.a., comparável a R\$ 1,1 bilhão e ROE de 10,4% a.a. no ano anterior. A alta no lucro no período foi decorrente, principalmente, do crescimento de 13,1% na margem com clientes, com expansão superior ao crescimento da carteira de crédito; ii) crescimento de 16,7% na margem com o mercado; iii) expansão de 5,4% nas receitas de serviços e corretagem e; iv) queda de 10,2% no custo de crédito.



RECEITAS TOTAIS

O total de receitas (que equivale à soma da margem bruta mais as receitas com serviços e seguros) atingiu R\$ 9,5 bilhões em 2021, 11,6% superior a 2020, quando somou R\$ 8,5 bilhões.



MARGEM FINANCEIRA BRUTA

A margem financeira bruta cresceu 13,5% em relação a 2020, para R\$ 7,4 bilhões. A expansão de 13,1% na margem com clientes reflete, principalmente, a expansão na carteira de crédito, efeito mix com o crescimento mais forte no segmento de cartão de crédito, além da diluição gradual do impacto decorrente das iniciativas pró-cliente adotadas pelo BV em 2020 por conta da pandemia. O NIM de clientes cresceu 0,4 p.p. para 10,2%, contra 9,8% em 2020. O crescimento de 16,7% na margem com o mercado é decorrente, principalmente, do resultado positivo das posições estruturais de hedge e da aplicação do patrimônio líquido.



CUSTO DE CRÉDITO

O custo de crédito recuou 10,2% em relação a 2020, para R\$ 2,5 bilhões, explicado principalmente pela menor despesa de provisões líquidas, bem como menores descontos concedidos em 2021. O custo de crédito sobre carteira de crédito ampliada recuou de 4,1% em 2020 para 3,4% em 2021.



DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL

As despesas administrativas e de pessoal cresceram 16,8% em 2021, para R\$ 2,6 bilhões. No período, houve alta de 20,6% nas despesas com pessoal explicado por: i) efeitos da negociação do acordo coletivo de trabalho, que inclui reajuste de 10,97% sobre salários e benefícios a partir de setembro; ii) aumento da despesa com participação nos resultados, refletindo a melhora nos resultados do banco e; iii) aumento no quadro de colaboradores para fazer frente à estratégia digital do Banco, que segue com investimentos nas avenidas de crescimento, incluindo banco digital. As despesas administrativas (excluindo depreciação e amortização), por sua vez, aumentaram 10,2% em 2021, explicado principalmente por maiores investimentos em marketing com a realização de campanhas institucionais, além dos investimentos nas avenidas de crescimento.

ÍNDICE DE EFICIÊNCIA

O Índice de Eficiência ("IE") encerrou 2021 em 34,1%, 1,8 p.p. acima do IE de 2020. O aumento observado está relacionado aos maiores investimentos nas avenidas de crescimento, incluindo banco digital, financiamento solar, PME e Banking as a Service. O ciclo de investimentos será reforçado ainda mais em 2022 com maiores investimentos em tecnologia e marketing. Não obstante, eficiência segue sendo pilar fundamental na estratégia do banco BV, evidenciado pelo saudável nível do IE de 32,0% quando excluímos os investimentos nas avenidas de crescimento.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Banco		Consolidado		Nota	Banco		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	2.892.037	5.457.830	2.935.119	4.808.466		102.517.581	102.905.467	104.109.826	102.518.146
Disponibilidades	235.301	487.652	278.383	539.335	17a	25.002.756	26.344.211	24.046.720	25.510.391
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.656.736	4.970.178	2.656.736	4.269.131	17c	18.010.986	15.639.154	16.820.593	15.028.829
Ativos financeiros	102.550.902	98.648.528	107.162.395	101.582.819	19	38.273.281	40.154.521	38.273.281	40.154.521
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.050.887	4.988.959	3.423.243	4.991.024	11a	16.946	5.887	2.840.131	1.887.891
Títulos e valores mobiliários	33.628.761	32.657.421	35.897.868	34.198.210	18a	5.102.555	3.745.402	5.102.555	3.745.402
Carteira de títulos e valores mobiliários	34.616.765	33.595.049	36.885.872	35.135.838	10a	2.439.455	4.629.350	2.365.339	3.605.657
(Provisões para redução ao valor recuperável)	(988.004)	(937.628)	(988.004)	(937.628)	20a	3.588.447	3.693.126	3.588.447	3.693.126
Instrumentos financeiros derivativos	4.386.747	5.081.402	3.713.757	3.621.140	21a	10.083.155	8.693.816	11.072.760	8.892.329
Relações interfinanceiras	1.490.076	984.105	1.492.118	984.105		893.272	472.397	1.122.621	605.913
Carteira de crédito	56.073.621	51.834.046	60.288.771	54.428.883	25b.1	230.910	136.295	459.590	259.497
Operações de crédito	55.569.267	52.851.117	57.332.216	53.792.865	25b.2	662.362	336.102	663.031	346.416
Outros créditos com características de concessão de crédito	5.437.360	3.601.821	8.452.836	5.577.846	28e	679.559	767.733	732.091	1.850.663
Operações de arrendamento mercantil	-	-	48.739	73.353	21a	2.061.981	1.327.888	2.272.414	1.580.663
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	(4.933.006)	(4.618.892)	(5.545.020)	(5.015.181)		11.922.690	10.746.169	11.928.551	10.753.717
Outros ativos financeiros	1.920.810	3.102.595	2.346.638	3.359.457	24a	8.130.372	8.130.372	8.130.372	8.130.372
Ativos fiscais	6.996.647	7.110.133	8.125.519	8.035.798	24b	372.120	372.120	372.120	372.120
Ativos tributários correntes	447.097	303.609	499.250	358.504	24c	2.955.632	2.094.324	2.946.841	2.083.002
Ativos fiscais diferidos	6.549.550	6.806.524	7.626.269	7.677.294	24g	464.566	149.353	479.218	168.223
Investimentos	3.911.807	3.477.873	110.447	19.457					
Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14a	3.911.523	3.477.686	110.163	19.270				
Outros investimentos	14f	284	187	284	187				
Imobilizado de uso	81.092	94.427	81.408	95.227	15				
Outras imobilizações de uso	390.080	390.135	399.581	401.544					
(Depreciação acumulada)	(308.988)	(295.708)	(318.173)	(306.317)					
Intangível e ágio	594.519	397.652	674.658	462.960					
Ativos intangíveis	16a	1.280.807	957.987	1.391.171	1.010.073				
(Amortização acumulada)	16a	(517.961)	(355.585)	(538.357)	(366.651)				
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	16a	(168.327)	(204.750)	(178.156)	(214.579)				
Ágio e ajuste ao valor recuperável	16d	-	-	34.117	-				
Outros ativos	1.048.079	1.033.211	1.075.957	1.272.410					
TOTAL DO ATIVO	118.075.083	116.219.654	120.165.503	116.277.137	TOTAL DO PASSIVO	118.075.083	116.219.654	120.165.503	116.277.137

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.





BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03
 Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000
 Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Contábeis são: Resolução CMN nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01. Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25. Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1). Resolução CMN nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23. Resolução CMN nº 4.144/2012 - Estrutura conceitual para Relatório Financeiro - CPC 00 (R1). Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1). Resolução CMN nº 4.748/2019 - Mensuração do valor justo - CPC 46. Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2), Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1), Eventos subsequentes - CPC 24, e Resultado por ação - CPC 41. O Conglomerado aplicou, ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (DVA).

Resoluções do CMN que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:
 Resolução CMN nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2). Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo intangível - CPC 04 (R1). Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - CPC 27. Resolução CMN nº 4.747/2019 - Ativo não circulante mantido para venda - CPC 31. Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstrações consolidadas - CPC 36 (R3).

Mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis
 O Conglomerado, a partir das Demonstrações Contábeis de 31 de março de 2020, realizou mudanças na apresentação dessas demonstrações, atendendo aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019, substituídas a partir de 01 de janeiro de 2021 pela Resolução CMN nº 4.818/2020 e pela Resolução BCB nº 2/2020, respectivamente. As principais mudanças que destacamos (e que permanecem vigentes mesmo com a entrada em vigor das novas Resoluções mencionadas) são:

Balanco Patrimonial
 • Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
 • Adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito), passivos financeiros, ativos e passivos fiscais, provisão para contingências.

Demonstração do Resultado
 • Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha "Resultado de provisão para perdas";
 • Mudança da alocação do "Resultado de provisão para perdas" passando a ser apresentado logo após "Resultado bruto da intermediação financeira".
 • A receita de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo passou a ser apresentada nessa linha;
 • Apresentação da provisão para contingências em linha específica em: "(Provisão)reversão de provisão para passivos contingentes".

Notas explicativas
 • Inclusão da nota explicativa 5 "Principais julgamentos e estimativas contábeis", onde é descrita a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes sobre elementos patrimoniais que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre estas Demonstrações Contábeis.
 • Inclusão da nota explicativa 6 "Resultados recorrentes e não recorrentes", onde são apresentados de forma detalhada componentes do resultado (eventos não recorrentes) que não estão relacionados ou estão relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A dedução desses componentes do resultado contábil reportado é apresentado na referida nota como resultado recorrente. Adicionalmente, a mencionada Resolução CMN nº 4.818/2020, que consolidou os critérios para elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, incorporou parcialmente o pronunciamento CPC 36 (R3). Em consequência dessa adoção normativa, será requerido que as Demonstrações Contábeis consolidadas societárias de entidades registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, sejam divulgadas exclusivamente no padrão contábil internacional (IFRS), a partir de 01 de janeiro de 2022.

Outras Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros, que incorporam os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:
 • Resolução CMN nº 4.817/2019 - incorpora conceitos do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022.
 • Resolução CMN nº 4.924/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2022, aprova a adoção dos seguintes pronunciamentos, que não haviam sido recepcionados:
 CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para Relatório Financeiro;
 CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; e
 CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

A referida resolução, em conjunto com a Resolução BCB nº 120/2021, também prevê na conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, a opção de utilização pela instituição financeira de taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Bacen (PTAX). Tal opção é condicionada, dentre diversas condições normativas a:
 (i) ter a finalidade de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em virtude da mensuração de itens patrimoniais ou de resultado em bases diferentes; ou oferecer informação mais confiável e relevante para o usuário da informação contábil;
 (ii) ser divulgada por entidade responsável por sistema administrado por bolsas de valores, bolsas de mercadorias e de futuros, ou por entidades de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;
 (iii) ser aplicada uniformemente para todos os itens patrimoniais e de resultado e de forma consistente ao longo do tempo;
 (iv) ser definida pela instituição até o primeiro dia útil do exercício social no qual passará a ser utilizada, sem possibilidade de alteração durante o respectivo exercício social.

Para o exercício de 2022, o Conglomerado optou por não adotar a opção da taxa referencial.
 • Resolução CMN nº 4.966/2021 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução estabelece a obrigação de remessa de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma, até 30 de junho de 2022.

A referida norma também estabelece a faculdade das instituições financeiras elaborarem e divulgarem Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as normas e instruções do Bacen e apresentados em conformidade com o COSIF até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ou seja, até a entrada em vigor das novas políticas contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros. O banco BV adotará essa prerrogativa, continuando a divulgar Demonstrações Contábeis Consolidadas em conformidade com o padrão COSIF.
 • Resolução CMN nº 4.975/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, aprova a adoção do CPC 06 (R2) que dispõe sobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituição financeira, seja na condição de arrendadora, quanto na de arrendatária.

Normativos do CPC, incorporados total ou parcialmente pelo CMN para adoção futura que podem gerar impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis quando de sua respectiva adoção:

CPC 48 - Instrumentos financeiros:
 A classificação de ativos financeiros é efetuada de acordo com a intenção da entidade sobre esses ativos, diferente do disposto no CPC 48, em que há a introdução do conceito de avaliação do modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais. Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o CPC 48 traz um novo modelo de perda de crédito esperada ao invés de um modelo de perda incorrida, a ser mensurada dependendo da classificação dos ativos financeiros em três estágios de acordo com as alterações no risco de crédito, além de utilização de informações de caráter prospectivo (*forward looking*), como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada. No caso de descontinuidade de hedge de fluxo de caixa, o valor acumulado no patrimônio líquido é transferido imediatamente ao resultado do período, diferente do disposto no CPC 48, que prevê o diferimento deste item de acordo com o mesmo período de vencimento das operações que foram objeto de hedge. Para fins de hedge accounting, o IASB continua a trabalhar no projeto de contabilidade de macro hedge e, por este motivo, a norma correspondente ao tema (CPC 48) traz a opção expressa de manutenção dos mesmos requisitos apresentados pela norma antecessora, o CPC 38 - Instrumentos financeiros. Os dispositivos mencionados, bem como demais diretrizes existentes entre a regulamentação do Banco Central e as normas internacionais de contabilidade referentes a instrumentos financeiros foram endereçados pelo Banco Central com a emissão da Resolução CMN nº 4.966/2021, com início de vigência em 01 de janeiro de 2025. Os ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial serão lançados em contrapartida a lucros ou prejuízos acumulados, no patrimônio líquido.

CPC 47 - Receita de contrato com cliente:
 A remuneração a correspondentes no país referente à origem de crédito é reconhecida como despesa na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.693/2013. Este procedimento difere do disposto no CPC 47, o qual estabelece que o reconhecimento dessa despesa seja feito de forma diferida pelo prazo da operação. Embora o CPC 47 tenha sido aprovado por meio da Resolução CMN nº 4.924/2021 a partir de 01 de janeiro de 2022, tal diferença permanece uma vez que foram mantidos os dispositivos da Circular Bacen nº 3.693/2013. Por outro lado a Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece procedimentos para a aplicação do método de juros efetivos, portanto, esse tema será pacificado até a vigência da referida Resolução, em 01 de janeiro de 2025.

CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto:
 É aplicado o método de custo ou equivalência patrimonial, conforme regras, para investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto. Este procedimento, estabelecido nas normas em vigor do Bacen, difere do CPC 18 que prevê a possibilidade de adoção da mensuração ao valor justo por meio do resultado, em consonância com o CPC 48, para parcela da participação em investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto, qualificado como organização de capital de risco, independentemente desta exercer influência significativa sobre essa parcela da participação. A Resolução CMN nº 4.817/2019, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022, que incorpora conceitos do CPC 18, não faz menção específica sobre o tratamento de organização de capital de risco. Por outro lado, como o tratamento contábil desse tipo de investimento é endereçado no CPC 48, esse tema será pacificado até 01 de janeiro de 2025 com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Atividade	% de participação
Fundo de Invest. em Participações BV - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo de investimento em participações 100,00%
Fundo de Invest. em Participações BV Tech I - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo de investimento em participações 100,00%
(1) Fundo de investimento constituído em abril de 2020.	

O reconhecimento de despesa de amortização de ágios cujo fundamento econômico seja baseado na expectativa de resultados futuros (*goodwill*) identificados nas aquisições, difere do disposto no CPC 18, que não permite amortização de ágios desta natureza, sendo esse ativo intangível somente sujeito a testes periódicos de redução ao valor recuperável. A Resolução CMN nº 4.817/2019 manteve o procedimento contábil existente de amortização de ágio. A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 07 de fevereiro de 2022.

Participações societárias em controladas e fundos de investimentos incluídos nas Demonstrações Contábeis consolidadas, segregadas por atividades:

	Atividade	% de Participação	
		31.12.2021	31.12.2020
Instituições financeiras - País			
Banco BV S.A. (antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.) (1)	Banco múltiplo	100,00%	100,00%
BV Distribuidora de Valores Mobiliários Ltda. (antiga Votorantim Asset DTVM) (2)	Gestão de recursos de terceiros	100,00%	100,00%
Instituições do mercado segurador			
BV Corretora de Seguros S.A. (antiga Votorantim Corretora Seguros) (3)	Corretora	100,00%	100,00%
Instituições não financeiras			
Promotiva S.A. (Promotiva)	Prestação de serviços	100,00%	100,00%
BV Investimentos Altern. e Gestão de Recursos S.A. (BVIA)	Administração de ativos	100,00%	100,00%
BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP)	Holding	100,00%	100,00%
Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas) (4)	SPE	100,00%	100,00%
Fundos de investimento consolidados (5)			
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento (Expertise)	Fundo	100,00%	100,00%
Crédito Universitário III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Universitário) (6) (8)	Fundo	90,00%	90,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BV - Crédito de Veículos (FIDC BV) (7) (8)	Fundo	25,00%	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios TM II (FIDC TM) (7) (8)	Fundo	100,00%	-
Fundo de Investimento Imobiliário Votorantim Bil BTS (BTS) (9)	Fundo	62,70%	-
Votorantim Securities Master Fundo de Investimento Imobiliário (Master) (9)	Fundo	88,40%	-
Fundo de Investimento Imobiliário Votorantim Patrimonial (Patrimonial) (9)	Fundo	99,60%	-
Controladas da BVIA			
Marques de Monte Santo Empreend. Imobiliário SPE Ltda. (Monte Santo)	SPE	100,00%	100,00%
Parque Valença Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (Parque Valença)	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da BVEP			
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. (IRE República) (4)	SPE	100,00%	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (Senador Dantas) (4)	SPE	100,00%	100,00%
Henri Dunant Empreend. Imobiliário S.A. (Henri Dunant) (4)	SPE	100,00%	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. (Arena XI)	SPE	100,00%	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. (D'oro XVIII) (4)	SPE	100,00%	100,00%
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (Vila Parque) (4) (10)	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da Atenas			
Atenas Sp 02 - Empreendimento Imobiliário Ltda. - Lote 1 (4)	SPE	100,00%	100,00%
Atenas Sp 02 - Empreendimento Imobiliário Ltda. - Lote 3 (4)	SPE	100,00%	100,00%

(1) Em 19 de agosto de 2020, foram aprovadas as alterações da denominação social da BV Leasing para Banco BV S.A., bem como de seu objeto social para banco múltiplo (Nota 2a).
 (2) Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social da Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda. (Votorantim Asset DTVM) para BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BV DTVM).
 (3) Em 28 de dezembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social da Votorantim Corretora de Seguros S.A. (Votorantim Corretora Seguros) para BV Corretora de Seguros S.A. (BV Corretora de Seguros).
 (4) Para efeito de consolidação, contempla desfagem de até 2 meses no respectivo balance.
 (5) O Fundo de Investimento Marítimo Renda Fixa (Marítimo), que passou a integrar os ativos do Conglomerado em julho de 2021, foi liquidado em até 2021.
 (6) Fundo de investimento constituído em setembro de 2020.
 (7) Fundo de investimento constituído em maio de 2021.
 (8) Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios, por meio de cotas subordinadas.
 (9) Fundo de investimento passou a integrar os ativos do Conglomerado em junho de 2021.
 (10) Em fevereiro de 2020, a BVEP realizou uma transação de troca de ativos, cedendo SPES classificadas como ativos não financeiros mantidos para venda e recebendo em troca o controle da SPE N5 Emp. Imob. 23 SPE Ltda., posteriormente denominada BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
 As políticas contábeis adotadas pelo banco BV são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do resultado
 Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do momento de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação
 A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado. Nestas Demonstrações Contábeis, a moeda de apresentação também é o Real.

c) Mensuração a valor presente
 Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.
 Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso inserido na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez
 As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.
 As aplicações interfinanceiras de liquidez que são objeto de hedge de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM
 Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:
Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período;
Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor justo. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor justo contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).
 Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.
 As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.
 Quando da alienação, a diferençaapurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.
 Segundo diretrizes do Banco Central do Brasil, o Conglomerado adota a variação de cotas como ajuste a valor justo para fundos com as seguintes características:
 • Fundos em que o saldo atualizado das cotas não esteja disponível para resgate (realização) no curto prazo, ou seja, em que ocorra o resgate das cotas somente na liquidação ou encerramento do fundo;
 • Fundos em que haja previsão de pagamento de dividendos (ou qualquer outra forma de distribuição de rendimentos), como forma de remuneração de seus cotistas no curso dos negócios do fundo.
 As aplicações em cotas detidas pelo Conglomerado, de fundos de investimentos que apresentam essas características são de fundos de investimentos em participações (FIPs) e fundos de investimentos imobiliários (FILs).

Instrumentos financeiros derivativos - IFD
 Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.
 A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor justo contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).
 Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:
Hedge de risco de mercado: Os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.
 Para os itens objeto de *hedge* que são descontinuados da relação de *hedge* de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.
Hedge de fluxo de caixa: Na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações, os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor justo, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.
 Para os itens objeto de *hedge* que são descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do período.
 O banco BV realiza operações de *hedge* que incluem dispositivos de liquidação de direitos e obrigações contratuais atrelados ao risco de crédito próprio, de terceiros ou de partes relacionadas ao Banco que possam resultar, sob determinadas condições de ocorrência eventual, no vencimento antecipado do derivativo sem que qualquer valor seja devido ao Banco ou que o valor devido ao Banco possa ser liquidado com títulos de dívida de emissão do próprio banco BV, conforme previsão contratual.

Carteira de crédito - Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas prováveis associadas ao risco de crédito
 A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Para as operações contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor superior a R\$ 50.000,00 é efetuada a avaliação por cliente das perdas prováveis associadas ao risco de crédito.
 Os critérios para perdas prováveis também são aplicáveis para operações de crédito resultantes da consolidação de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).
 As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado quando as operações apresentarem atraso superior a 90 dias.
 As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.
 As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 4.782/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativas de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização, válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2020, não foi adotada pelo Conglomerado.
 A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (nota explicativa 12e).
 As operações de crédito, que são objeto de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor justo utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados em rubrica específica no grupo de operações de crédito, considerando também a classificação e percentual de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.
 Os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:
 • Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço do Conglomerado. As receitas e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações; e
 • Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço do Conglomerado.

Outros ativos - Outros valores e bens
Bens não de uso próprio
 Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em doação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, que não destinados ao próprio uso do Conglomerado, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento:
 • São reconhecidos na data do seu recebimento pela instituição e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas de vendas. Considera-se como data de recebimento a data em que a instituição obtiver a posse, o domínio e o controle do bem, observadas as particularidades legais e características de cada tipo de ativo.
 • O Conglomerado avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior ao valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Outras despesas".

Despesas antecipadas
 São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Investimentos
 Os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis da agência do Banco Votorantim no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.
 Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de uso
 O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente desta prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas sobre o valor depreciável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando existir): veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (nota explicativa 15). O valor residual desses ativos é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

Intangíveis e ágio
 O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* e licenças ou direitos de uso (nota explicativa 16a). A amortização destes intangíveis é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras despesas administrativas - Amortização (nota explicativa 22d). A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são passíveis de amortização e são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável.
 Os intangíveis incluem os ágios pagos na aquisição de investimentos, que correspondem ao valor que excede o valor patrimonial da investida, são amortizados com base na efetiva realização da expectativa de rentabilidade que fundamentou sua origem ou por outras formas de sua realização. Os saldos correspondentes à mais valia apurados na aquisição de empreendimentos imobiliários, quando atribuídos ao estoque de imóveis concluídos ou terrenos, são amortizados em função da realização (venda) dos ativos da investida que lhe deram origem.
 Os ativos intangíveis também incluem os créditos de carbono que foram adquiridos com o propósito de compensar a emissão de CO₂, pelos veículos financiados pelo banco BV. O CO₂ é um dos gases causadores do efeito estufa. O mecanismo de neutralização da emissão de CO₂, que foi adotado pelo Conglomerado inclui a efetiva declaração de utilização (apostentando), no menor tempo possível, dos créditos de carbono adquiridos. Não há previsão de destinação desses créditos para outra finalidade que não seja a compensação, como por exemplo, a sua negociação no mercado. Por esse motivo, como não houve emissão da instituição ao valor justo sobre os créditos adquiridos, estes foram reconhecidos pelo preço pago e formam um estoque de toneladas de CO₂ controlados pelo custo médio que, uma vez apostentados, é consumido (amortizado) com base no volume mensal de CO₂ produzido pelos veículos financiados.
 Independente do momento da aquisição e apostentadora dos créditos de carbono, o compromisso assumido pela Instituição de compensar a emissão de CO₂ dos veículos financiados a partir de 2021 e de financiamentos anteriores a 2021 cujos clientes tenham optado por aderir ao programa de compensações, constitui obrigação presente da Instituição, seguindo disposições descritas na nota explicativa 4r.

Lucro por ação
 A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por ação. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas pelo número médio ponderado de suas ações. Não há distinção no método de cálculo de ambos os índices, uma vez que o Banco não mantém ações em tesouraria e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.
 Quando o número de ações ordinárias ou ações ordinárias potenciais totais diminuir como resultado de grupamento de ações, o cálculo do resultado básico e diluído por ação para os dois períodos apresentados é ajustado, para fins de comparabilidade.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade e baixa
 O Conglomerado avalia o valor recuperável de ativos não financeiros em periodicidades diferentes, de acordo com sua natureza. Se houver alguma indicação de desvalorização, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado, de acordo com a natureza do ativo.
Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:
Investimentos: A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável. Os testes de redução ao valor recuperável são realizados no mínimo anualmente.
Intangíveis: *Softwares* adquiridos, desenvolvidos internamente e licenças de uso - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e



Leve para a vida.

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

q) Tributos
Os tributos do Conglomerado, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Alíquotas vigentes

Tributos sobre o lucro	
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Banco Votorantim S.A. e Banco BV S.A. (1) (2)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Demais instituições financeiras e não financeiras (2)	de 9% a 20%

Demais tributos
PIS/PASEP (3) de 0,65% a 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3) de 3% a 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (4) de 2% a 5%
(1) O art. 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, elevou a alíquota da CSLL dos bancos de qualquer espécie, de 15% para 20%, com vigência a partir de 01 de março de 2020.
(2) A Lei nº 14.183, publicada no Diário Oficial da União em 15 de julho de 2021, elevou a alíquota da CSLL de 20% para 25%, para bancos de qualquer espécie, e de 15% para 20%, para as demais instituições financeiras, no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando às alíquotas anteriores a partir de 01 de janeiro de 2022.
(3) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.
(4) Tributos incidentes sobre a receita com prestação de serviços.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e estão suportados por estudo de capacidade de realização.
É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada Banco BV S.A. (antiga BV Leasing S.A.).

r) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (nota explicativa 28). Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza trabalhista, fiscal e cível. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado). Para as causas de natureza cível não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV - O compromisso assumido pela Instituição de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados a partir de 2021 e de financiamentos anteriores a 2021 cujos clientes tenham optado por aderir ao programa de compensações, constitui obrigação presente da Instituição. A Instituição estima mensalmente a quantidade de emissões desses gases que é produzida pelos veículos e provisiona o correspondente custo de aquisição dos créditos que são necessários para compensar tal emissão. A provisão é revertida no momento em que é apurada e reconhecida a amortização destes créditos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

s) Garantias financeiras prestadas
As garantias financeiras prestadas, as quais requerem pagamentos definidos contratualmente, em decorrência do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, tais como aval, fiança, cobrificação, ou outra obrigação que represente garantia do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, são reconhecidos em contas de compensação, observados os desembolsamentos previstos para o controle. Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões sobre essas garantias prestadas, pertencentes ao período e não recebidas antecipadamente são contabilizadas mensalmente em "Outros ativos financeiros - Outros créditos e rendas a receber", em contrapartida a "Receitas de prestação de serviços - Rendas de garantias prestadas". As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em "Comissões por intermediação de operações a pagar", do grupamento "Outros passivos financeiros", apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Em linha aos requerimentos das Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 4.512/2016, a constituição de provisão para perdas na prestação de garantias financeiras a clientes leva em conta:

- O setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa; e
- A probabilidade do insucesso dos processos judiciais ou administrativos, que levem à saída de recursos necessários para liquidar a obrigação nas garantias financeiras prestadas em contingências passivas de terceiros.

Com a aplicação da Resolução CMN nº 4.512/2016, as provisões para perdas nas garantias financeiras prestadas estão apresentadas em "Outros passivos" (nota explicativa 21 a e 29.1 a.ii).

t) Outros ativos e passivos
Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS

1) Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis

A elaboração de Demonstrações Contábeis consolidadas exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica em base continuada e com revisão periódica estimativas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Conglomerado são detalhados abaixo:

a) Provisão para perdas prováveis associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999. Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na nota explicativa 12.

b) Provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

A Administração aplica julgamentos para identificação e provisionamento de operações que tenham perdas em seu valor recuperável e considera as seguintes situações, não se limitando a elas, como indicativas:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado;
- Quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- Concessão de benefício ao emitente ou obrigado, por razões econômicas ou legais relacionadas com suas dificuldades financeiras, realizada pelo Banco ou suas empresas ligadas, que não seria considerada em condições normais;
- Processo de falência ou reorganização financeira pelo devedor torna-se provável;
- Desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; dentre outras.

A aplicação geral da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários está descrita na nota explicativa 9d.

c) Projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários

A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros. Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as Demonstrações Contábeis. O detalhamento sobre a projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários está apresentado na nota explicativa 25.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Existem técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros estão descritas nas notas explicativas 4f e 4g.

e) Provisões para passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 28.

f) Amortização e redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura

De acordo com as normas do Banco Central, o ágio contabilizado na investidora ou controladora, que tenha fundamento na previsão de resultados futuros da coligada ou controlada, deve ser amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram. Este tratamento também se aplica aos saldos correspondentes à mais valia apurados na aquisição de empreendimentos imobiliários, quando atribuídos ao estoque de imóveis concluídos ou terrenos, que são amortizados em função da realização (venda) dos ativos da investida que li deram origem, ou realizados em caso de redução ao valor recuperável dos ativos correspondentes. A estimativa dos prazos de geração de resultados futuros dos investimentos em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto para os quais tenha sido reconhecido ágio envolve julgamentos significativos por parte da Administração.

Adicionalmente, os ágios são testados periodicamente quanto ao seu valor recuperável, os quais também envolvem premissas e um grau considerável de julgamentos na estimativa dos fluxos de caixa futuros para descontá-los a valor presente.

g) Redução ao valor recuperável do custo de investimentos em participações de controladas, coligadas e controladas em conjunto, de ativos intangíveis e de outros ativos

O teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está descrita na nota explicativa 4n.

h) Aplicação em fundos de investimentos em participação (FIPs)

As aplicações em cotas de fundos de investimento em participação qualificadas como organização de capital de risco, independente de exercer influência significativa, são classificadas como títulos e valores mobiliários, mensurados a valor justo no patrimônio líquido.

A mensuração de valor justo desses ativos incorre em grau significativo de julgamento na adoção de premissas, conforme descrito na nota explicativa 4f.

2) Outras informações relevantes

a) Efeitos decorrentes da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis e impactos no Conglomerado

A Administração acompanha diariamente a evolução das suas operações que inclui o monitoramento das posições de câmbio e juros, dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado de seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações.

Uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e o estímulo ao uso dos canais digitais. Com relação às operações de crédito, o Conglomerado possibilitou aos seus clientes (observadas determinadas condições) a renegociação de contratos que inclui a postergação do prazo de pagamento de parcelas e a extensão do prazo total destas operações, viabilizando assim um menor impacto nos fluxos de caixa de seus clientes neste cenário de pandemia.

As renegociações de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro foram tratadas de forma diferenciada entre os segmentos operacionais. No Atacado, as análises de renegociações foram realizadas individualmente pela área de crédito e monitoradas pela área de Riscos. Essas análises foram baseadas nos impactos reais e estimados de cada empresa e seu respectivo setor. No Varejo, foram realizadas duas etapas de renegociações, sendo que primeira etapa (de março até maio/20) contemplou a postergação de 60 dias do prazo de pagamento de parcelas sem alteração da quantidade e do valor das parcelas. A segunda etapa (iniciada no final de maio/20), contempla opções de postergação de 30 ou 60 dias com juros, bem como de aumento do prazo do contrato reduzindo o valor da parcela mensal.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central adotaram medidas para minimizar os efeitos da crise sobre a economia e garantir a manutenção de níveis adequados de liquidez no sistema financeiro. Dentre elas, a flexibilização dos critérios de caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gestão do risco de crédito e a concessão de empréstimos a instituições financeiras por meio de linha temporária especial de liquidez contribuem para amenizar os impactos decorrentes da pandemia.

Os principais efeitos e impactos decorrentes da COVID-19 sobre as Demonstrações Contábeis deste período estão descritos a seguir e, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

• Provisão para perdas prováveis associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito

Fazendo frente ao cenário de risco de crédito mais elevado, em decorrência dos efeitos da pandemia e do cenário macroeconômico, o processo de gestão desse risco foi redimensionado, contemplando os respectivos reflexos na qualidade creditícia, adequações nas políticas de concessão, estratégias de renegociações e revisões de rating e limites de crédito de clientes, com os respectivos impactos nas provisões para perdas realizadas.

• Provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

O acompanhamento da carteira de títulos e valores mobiliários é realizado de forma tempestiva, com revisões dos balanços e ratings das contrapartes. Não houve impacto significativo em provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários em decorrência da pandemia, somente ocorrências pontuais.

• Projeção de resultados futuros para realização de créditos tributários

Os estudos de expectativa de realização dos créditos tributários consideram atualização das estimativas de resultado futuro do Conglomerado com os reflexos da COVID-19. Concluímos que o consumo dos créditos tributários continuam previstos para realização dentro do prazo de 10 anos, conforme estabelecido pelas normas em vigor (Resolução CMN nº 4.842/2020).

• Redução ao valor recuperável de investimentos, ativos intangíveis e outros ativos

Não foram observados impactos relevantes em decorrência da pandemia.

• Redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura

Não houve impacto relevante de não recuperabilidade dos ágios reconhecidos na contabilidade do Conglomerado por conta da COVID-19.

• Provisões e passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas

Não verificamos impactos relevantes nas contingências.

• Gestão de capital

A desvalorização do Real impactou negativamente os índices de capitalização, em decorrência dos seus impactos sobre crédito tributário de diferenças temporárias, oriundo do hedge do investimento no exterior. Contudo, os mesmos mantiveram-se em patamares substancialmente superiores aos mínimos exigidos pela regulação vigente e acima do apetite a risco estabelecido pelos acionistas. Neste contexto, ainda, a Administração deliberou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pela redução de USD 150.000 (R\$ 754.545) de capital investido na agência em Nassau, mitigando eventuais impactos futuros em cenário de agravamento da desvalorização da moeda nacional.

• Gestão de liquidez

O Conglomerado foca na manutenção de patamares conservadores de caixa e de indicadores de liquidez estrutural. Um exemplo disso é o Indicador de liquidez de curto prazo (LCR) que manteve-se em patamares elevados, 214% em 31 de dezembro de 2021 (226% em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, vale destacar que no período o banco BV diversificou ainda mais as fontes de captações como, por exemplo, emissão de Letras Financeiras (inclusive green bonds) e a estruturação de FIDC.

• Gestão de ativos e passivos

O Conglomerado teve impacto reduzido na oscilação do valor econômico de suas posições, em decorrência principalmente de políticas de hedge de seus ativos, passivos e investimentos em moeda estrangeira.

RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, o banco BV considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Organização.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

	Banco			
	2º Semestre/ 2021	2º Semestre/ 2020	Exercício/ 2021	Exercício/ 2020
Lucro líquido	746.702	620.408	1.561.308	1.030.310
(-) Eventos não recorrentes	(72.361)	48.110	(5.284)	67.602
Doações relacionadas ao combate da COVID-19, líquido de impostos (1)	(191)	–	(569)	–
Efeitos da majoração da alíquota sobre o crédito tributário (Provisão)/reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(72.170)	280.648	–	280.648
Despesas relacionadas ao processo de abertura de capital do BV	–	(199.511)	–	(199.511)
Outros	–	–	(4.715)	–
Outros	–	(33.027)	–	(13.535)
Lucro líquido recorrente	819.063	572.298	1.566.592	962.708

	Consolidado			
	2º Semestre/ 2021	2º Semestre/ 2020	Exercício/ 2021	Exercício/ 2020
Lucro líquido	747.999	621.617	1.563.838	1.064.619
(-) Eventos não recorrentes	(75.861)	(262)	(5.284)	1.415
Doações relacionadas ao combate da COVID-19, líquido de impostos (1)	(191)	–	(569)	(26.566)
Efeitos da majoração da alíquota sobre o crédito tributário (Provisão)/reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(75.670)	232.277	–	232.277
Despesas relacionadas ao processo de abertura de capital do BV	–	(199.511)	–	(199.511)
Outros	–	–	(4.715)	–
Outros	–	(33.028)	–	(4.785)
Lucro líquido recorrente	823.860	621.879	1.569.122	1.063.204

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor bruto é de R\$ 1.068 e R\$ 30.000, respectivamente.

Sumário dos eventos não recorrentes:

Doações relacionadas ao combate da COVID-19 - Despesas extraordinárias destinadas à doações com objetivo de combater o novo Coronavírus e seus efeitos sobre a sociedade brasileira.

Efeitos da majoração da alíquota sobre o crédito tributário - Efeito decorrente da majoração da alíquota de contribuição social, para as instituições financeiras, reconhecido na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social e impairment de crédito tributário de prejuízo fiscal. Em 31 de dezembro de 2021, o crédito tributário gerado a partir da vigência da Lei nº 14.183 foi integralmente realizado (Nota 4g).

(Provisão)/reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito - Provisões prudenciais de crédito realizadas para neutralizar o impacto da majoração da CSLL.

Despesas relacionadas ao processo de abertura de capital do BV - Conforme Fato Relevante divulgado em 13 de abril de 2021, o processo de abertura de capital do BV foi cancelado em decorrência da conjuntura do mercado à época.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	235.301	487.652	278.383	539.335
Disponibilidades em moeda nacional	685	1.215	37.297	50.800
Disponibilidades em moeda estrangeira	234.616	486.437	241.086	488.535
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	2.656.736	4.970.178	2.656.736	4.269.131
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	359.988	1.802.421	359.988	1.204.275
Aplicações em depósitos interfinanceiros	240.448	132.944	240.448	30.043
Aplicações em moedas estrangeiras	2.056.300	3.034.813	2.056.300	3.034.813
Total	2.892.037	5.457.830	2.935.119	4.808.466

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Aplicações no mercado aberto	3.758.149	4.400.118	3.170.496	4.402.183
Revendas a liquidar - Posição bancada	866.995	1.323.038	279.342	1.325.103
Letras do Tesouro Nacional	–	1.901	280	3.966
Notas do Tesouro Nacional	689.477	914.364	101.544	914.364
Títulos da Dívida Externa Brasileira	177.518	406.773	177.518	406.773
Revendas a liquidar - Posição financiada	2.306.239	591.292	2.306.239	591.292
Letras Financeiras do Tesouro	2.199.989	–	2.199.989	–
Letras do Tesouro Nacional	–	444.983	–	444.983
Notas do Tesouro Nacional	106.250	146.309	106.250	146.309
Revendas a liquidar - Posição vendida	1.985.915	2.485.788	584.915	2.485.788
Letras do Tesouro Nacional	–	1.708.440	–	1.708.440
Notas do Tesouro Nacional	584.915	777.348	584.915	777.348
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.292.738	588.841	252.747	



Leve para a vida.

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado	31.12.2021						31.12.2020				
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado
Vencimento em dias											
1 - Títulos para negociação											
Títulos públicos	-	226.922	907.692	4.589.566	672.699	6.328.083	6.396.879	68.796	6.095.504	6.279.697	184.193
Letras Financeiras do Tesouro	-	9.390	251.517	253.528	998	515.617	515.433	(184)	104.459	103.998	(461)
Letras do Tesouro Nacional	-	217.532	627.505	2.054.616	-	2.898.559	2.899.653	1.094	1.257.504	1.273.047	15.543
Notas do Tesouro Nacional	-	-	18.393	2.281.422	75.343	2.300.801	2.375.158	74.357	4.670.035	4.837.450	167.415
Títulos privados	-	-	10.277	-	596.358	613.106	606.635	(6.471)	63.506	65.202	1.696
Eurobonds	-	-	-	-	-	-	-	-	75	75	-
Debêntures	-	-	10.277	-	509.526	524.373	519.803	(4.570)	63.431	65.127	1.696
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	86.832	88.733	86.832	(1.901)	-	-	-
2 - Títulos disponíveis para venda	1.410.784	308.426	1.390.630	9.854.165	2.740.878	15.496.002	15.704.883	208.881	18.175.494	18.630.903	455.409
Títulos públicos	-	150.202	895.996	7.266.550	1.490.053	9.870.381	9.802.801	(67.580)	14.232.517	14.440.467	207.950
Letras Financeiras do Tesouro	-	100.220	88.944	3.397.220	882.208	4.471.442	4.468.592	(2.850)	9.038.819	9.010.963	(27.856)
Letras do Tesouro Nacional	-	49.982	747.506	731.224	-	1.570.809	1.528.712	(42.097)	1.407.912	1.451.535	43.623
Notas do Tesouro Nacional	-	-	59.546	870.421	607.845	1.606.086	1.537.812	(68.274)	1.207.032	1.280.543	73.511
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	1.751.021	-	1.717.559	1.751.021	33.462	2.578.754	2.697.426	118.672
Notas do governo de outros países	-	-	-	516.664	-	504.485	516.664	12.179	-	-	-
Títulos privados	1.410.784	158.224	494.634	2.587.615	1.250.825	5.625.621	5.902.802	276.461	3.942.977	4.190.436	247.459
Debêntures (1)	-	-	7.044	1.390.013	99.926	1.503.944	1.496.983	(6.961)	2.185.843	2.160.150	(25.693)
Notas Promissórias (2)	-	1.958	57.207	14.243	-	73.677	73.408	(269)	419.088	417.544	(1.544)
Ações (3)	936	-	-	936	-	936	936	-	8.502	14.754	6.252
Cotas de fundos de investimentos (4)	1.409.848	21.130	-	125.832	851.589	2.007.524	2.408.399	400.875	424.038	685.582	261.544
Cédulas de Produto Rural - Commodities (5)	-	115.443	133.815	183.571	-	431.184	432.829	1.645	561.791	571.880	10.089
Eurobonds	-	-	-	-	1	27	1	(26)	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	21.889	21.674	(215)
Floating Rate Notes	-	11.986	243.445	517.253	-	769.840	772.684	2.844	85.621	85.851	230
Certificado de Recebíveis Imobiliários (6)	-	7.707	53.123	332.313	299.309	813.977	692.452	(121.525)	153.506	150.705	(2.801)
Certificado de Recebíveis Agroegócio	-	-	-	24.390	-	24.512	24.390	(122)	82.699	82.296	(403)
3 - Títulos mantidos até o vencimento	-	1.269.553	2.310.907	7.225.220	2.309.672	13.796.106	13.115.352	(680.754)	9.287.610	9.598.667	311.057
Títulos públicos	-	1.269.553	2.310.907	7.225.220	2.309.672	13.796.106	13.115.352	(680.754)	9.287.610	9.598.667	311.057
Letras do Tesouro Nacional	-	1.269.553	1.222.653	2.642.554	-	5.348.854	5.134.760	(214.094)	4.225.904	4.279.580	53.676
Notas do Tesouro Nacional	-	-	606.736	4.582.666	2.309.672	7.933.136	7.499.074	(434.062)	5.061.706	5.319.087	257.381
Notas do governo de outros países	-	-	481.518	-	-	514.116	481.518	(32.598)	-	-	-
Total (1 + 2 + 3)	1.410.784	1.804.901	4.609.229	21.668.951	5.723.249	35.620.191	35.217.114	(403.077)	33.558.608	34.509.267	950.659

O valor justo contempla o ajuste prudencial de spread de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução CMN nº 4.277/2013.

Os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" são contabilizados nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação do quadro acima, estas operações são apresentadas ao valor justo.

(1) O valor de custo das Debêntures inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 847.120 (R\$ 771.535 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão)/reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

(2) O valor de custo das Notas Promissórias inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 26.126 em contrapartida de (Provisão)/reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2020, não havia provisão.

(3) O valor de custo das Ações inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 3.225 (R\$ 76.743 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão)/reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários. O valor justo das ações representa a cotação divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(4) O valor de custo das Cotas de fundos de investimentos considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 85.458 (R\$ 62.463 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão)/reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários. Inclui efeito de ajuste a valor justo de fundos de participações (FIP) e fundos de investimentos imobiliários (FII) que não são consolidados.

(5) O valor de custo das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 25.314 (R\$ 26.005 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão)/reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

(6) O valor de custo dos Certificados de Recebíveis Imobiliários considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 761 (R\$ 882 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão)/reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

b) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	31.12.2021		31.12.2020	
Banco				
1 - Título para negociação	4.849.307	14%	5.130.668	16%
2 - Títulos disponíveis para venda	14.983.348	45%	18.239.143	56%
3 - Títulos mantidos até o vencimento	13.796.106	41%	9.287.610	28%
Valor contábil da carteira	33.628.761	100%	32.657.421	100%
Marcação a mercado da categoria três	(680.754)		311.057	
Valor justo da carteira	32.948.007		32.968.478	
Consolidado				
1 - Título para negociação	6.396.879	18%	6.279.697	18%
2 - Títulos disponíveis para venda	15.704.883	44%	18.630.903	55%
3 - Títulos mantidos até o vencimento	13.796.106	38%	9.287.610	27%
Valor contábil da carteira	35.897.868	100%	34.198.210	100%
Marcação a mercado da categoria três	(680.754)		311.057	
Valor justo da carteira	35.217.114		34.509.267	

Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, o banco BV declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" no montante de R\$ 13.796.106 no Banco e Consolidado (R\$ 9.287.610 no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020), representando 41% do total de títulos e valores mobiliários no Banco e 38% no Consolidado (27% no Banco e 28% no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banco (1)			
	2º Semestre/ 2021	2º Semestre/ 2020	Exercício/ 2021	Exercício/ 2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 8b)	159.049	216.815	256.953	1.581.217
Títulos de renda fixa	1.058.428	488.649	1.611.271	1.331.488
Títulos no exterior (2)	32.572	119.095	98.245	253.830
Títulos de renda variável (3)	14.964	(903)	16.301	(10.852)
Aplicações em fundos de investimentos (2)	172.797	1.442	190.351	13.964
Outros	130	319	14.853	3.448
Total	1.437.940	825.417	2.187.974	3.173.095

	Consolidado			
	2º Semestre/ 2021	2º Semestre/ 2020	Exercício/ 2021	Exercício/ 2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 8b)	105.010	117.216	189.897	552.157
Títulos de renda fixa	1.196.889	478.519	1.735.256	1.805.812
Títulos no exterior (2)	32.572	131.849	98.245	286.285
Títulos de renda variável (3)	13.868	(3.972)	16.282	(16.348)
Aplicações em fundos de investimentos (2)	54.706	(1.019)	68.822	12.063
Outros	130	319	14.853	3.448
Total	1.403.175	722.912	2.123.355	2.643.417

(1) Inclui apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

(2) Inclui variação cambial sobre títulos e valores mobiliários.

(3) Inclui o resultado apurado na venda de investimentos por incentivos fiscais.

d) (Provisão)/reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

	Banco e Consolidado			
	2º Semestre/ 2021	2º Semestre/ 2020	Exercício/ 2021	Exercício/ 2020
Ações	675	(341)	934	7.564
Notas Promissórias	(16.122)	-	(26.126)	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	(76)	-	121	(882)
Debêntures	(63.535)	(14.080)	(75.585)	(4.684)
Cotas de fundos de investimento	1.195	(33.425)	(22.995)	(33.407)
Cédulas de Produto Rural	-	(241)	691	286
Total	(77.863)	(48.969)	(122.960)	(31.123)

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	Banco						Consolidado					
	31.12.2021		31.12.2020		31.12.2021		31.12.2020		31.12.2021		31.12.2020	
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Contratos de futuros												
Compromissos de compra	25.171.942	-	-	19.974.135	-	-	25.171.942	-	-	19.974.135	-	-
DI	16.772.346	-	-	9.379.921	-	-	16.772.346	-	-	9.379.921	-	-
Moedas	347.320	-	-	2.497.406	-	-	347.320	-	-	2.497.406	-	-
Índice	319.532	-	-	536.903	-	-	319.532	-	-	536.903	-	-
Cupom cambial	7.732.744	-	-	7.559.905	-	-	7.732.744	-	-	7.559.905	-	-
Compromissos de venda	63.957.208	-	-	76.712.516	-	-	63.957.208	-	-	76.712.516	-	-
DI	56.055.124	-	-	48.548.485	-	-	56.055.124	-	-	48.548.485	-	-
Moedas	2.863.884	-	-	7.350.599	-	-	2.863.884	-	-	7.350.599	-	-
Índice	183.881	-	-	110.077	-	-	183.881	-	-	110.077	-	-
Libor (1)	1.121.951	-	-	13.903.508	-	-	1.121.951	-	-	13.903.508	-	-
Cupom cambial	2.766.289	-	-	6.799.847	-	-	2.766.289	-	-	6.799.847	-	-
Outros	966.079	-	-	-	-	-	966.079	-	-	-	-	-
2 - Operações a termo												
Posição ativa	276.038	276.038	276.164	251.738	251.738	253.956	276.038	276.038	276.164	251.738	251.738	253.956
Termo de moeda	276.038	276.038	276.164	251.738	251.738	253.956	276.038	276.038	276.164	251.738		



Leve para a vida.

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial)

	31.12.2021					31.12.2020
	Futuros	Termo	Opções	Swaps	Non Deliverable Forward	
Banco						
Bolsa de valores	89.129.150	-	3.782.250	-	-	92.911.400
Balcão	-	276.038	8.909.250	34.453.063	-	21.528.798
Instituições do mercado financeiro	-	276.038	5.062.406	28.985.952	16.805.976	51.130.372
Clientes	-	-	3.846.844	5.467.111	4.722.822	14.036.777
Consolidado						
Bolsa de valores	89.129.150	-	3.782.250	-	-	92.911.400
Balcão	-	276.038	8.909.250	33.943.775	-	11.902.390
Instituições do mercado financeiro	-	276.038	14.814	28.476.664	7.179.568	35.947.084
Clientes	-	-	3.846.844	5.467.111	4.722.822	14.036.777

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e outras operações liquidadas em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação

	Banco		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Letras Financeiras do Tesouro	997.210	1.679.959	999.905	1.687.155
Notas do Tesouro Nacional	-	294.304	-	294.304
Letras do Tesouro Nacional	461.638	8.783	461.638	8.783
Cotas do fundo de investimento liquidez da câmara B3	36.621	34.987	51.959	49.641
Outros	49.886	64.894	49.886	64.894
Total	1.545.355	2.082.927	1.563.388	2.104.777

e) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	Banco			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	258.451	17.713	276.164	253.956	-	253.956
Mercado de opções	130.103	37.981	168.084	914.872	131.280	1.046.152
Contratos de swaps	1.825.771	1.934.395	3.760.166	311.098	2.354.510	2.665.608
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	163.390	18.943	182.333	1.105.234	10.452	1.115.686
Total	2.377.715	2.009.032	4.386.747	2.585.160	2.496.242	5.081.402
Passivo						
Operações de termo	(255.453)	(17.713)	(273.166)	(257.123)	-	(257.123)
Mercado de opções	(65.597)	(41.294)	(106.891)	(1.899.959)	(126.376)	(2.026.335)
Contratos de swaps	(1.100.285)	(881.021)	(1.981.306)	(133.377)	(2.135.755)	(2.269.132)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(70.123)	(7.969)	(78.092)	(71.723)	(5.037)	(76.760)
Total	(1.491.458)	(947.997)	(2.439.455)	(2.362.182)	(2.267.168)	(4.629.350)

	Banco			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	258.451	17.713	276.164	253.956	-	253.956
Mercado de opções	53.095	37.981	91.076	912.962	5.915	918.877
Contratos de swaps	1.803.726	1.468.052	3.271.778	291.658	1.915.978	2.207.636
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	61.358	13.381	74.739	236.263	4.408	240.671
Total	2.176.630	1.537.127	3.713.757	1.694.839	1.926.301	3.621.140
Passivo						
Operações de termo	(255.453)	(17.713)	(273.166)	(257.123)	-	(257.123)
Mercado de opções	(40.540)	(41.294)	(81.834)	(1.035.236)	(7.055)	(1.042.291)
Contratos de swaps	(1.100.766)	(857.605)	(1.958.371)	(132.443)	(2.115.287)	(2.247.730)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(43.999)	(7.969)	(51.968)	(53.477)	(5.036)	(58.513)
Total	(1.440.758)	(924.581)	(2.365.339)	(1.478.279)	(2.127.378)	(3.605.657)

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge accounting

O Conglomerado utiliza relações de hedge dos tipos: Hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa. Essas estratégias são realizadas nas seguintes categorias de riscos:

- Risco de taxas de juros; e
- Risco cambial.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos no Comitê de ALM. O Conglomerado determina a relação entre os instrumentos e objetos de hedge de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos se movam em sentidos opostos e nas mesmas proporções.

O índice de hedge estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As fontes de inefetividade são devido a descasamentos de prazos entre os instrumentos e objetos de hedge.

Para as operações de crédito os efeitos oriundos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável são excluídos do resultado de efetividade, dado que o risco de crédito não é objeto de hedge.

As operações de hedge foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%. O Conglomerado não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia das estratégias.

Hedge de risco de mercado (Hedge de valor justo)

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo, da seguinte maneira:

- Hedge de ativos financeiros com acordo de revenda (operações compromissadas) indexado com risco em taxa pré-fixada são protegidos com contratos de futuro DI;
- Hedge de operações de crédito com risco em taxa pré-fixada/variação cambial são protegidos com contratos futuros de DI e DDI.

Itens objeto de hedge

	Rubrica do balanço	31.12.2021		
		Valor contábil do objeto de hedge Ativos	Ajuste ao valor justo do objeto de hedge Ativos	Valor-base para calcular a inefetividade de hedge ⁽¹⁾
Banco e Consolidado				
Risco de taxa de juros				
Hedge de operações compromissadas	Aplicações interfinanceiras de liquidez	402.746	(19)	8.439
Hedge de operações de crédito	Operações de crédito	16.736.078	(789.545)	(189.539)
Risco de variação cambial				
Hedge de operações de crédito	Operações de crédito	8.880	100	1.312
Total		17.147.704	(789.464)	(179.788)
				31.12.2020
Risco de taxa de juros				
Hedge de operações compromissadas	Aplicações interfinanceiras de liquidez	501.451	22	38.215
Hedge de operações de crédito	Operações de crédito	18.909.474	255.934	1.128.894
Risco de variação cambial				
Hedge de operações de crédito	Operações de crédito	75.688	507	9.302
Total		19.486.613	256.463	1.176.411

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de hedge que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de hedge resultam no montante de inefetividade do hedge.

Para as estratégias de operações compromissadas e operações de crédito, o Conglomerado reestabelece a relação de cobertura dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de hedge. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas por alçada competente.

Instrumentos de hedge

	31.12.2021		
	Valor referencial Passivos	Valor-base para calcular a inefetividade de hedge ⁽¹⁾	Inefetividade de hedge reconhecida no resultado ⁽²⁾
Banco e Consolidado			
Risco de taxa de juros			
Futuro DI	18.473.942	174.987	(6.113)
Risco de variação cambial			
Futuro DDI	8.892	(1.625)	(313)
Total	18.482.834	173.362	(6.426)
			31.12.2020
Banco e Consolidado			
Risco de taxa de juros			
Futuro DI	19.821.974	(1.163.991)	3.118
Risco de variação cambial			
Futuro DDI	79.089	(9.464)	(162)
Total	19.901.063	(1.173.455)	2.956

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de hedge que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de hedge resultam no montante de inefetividade do hedge.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base anual para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de hedge.

Em dezembro de 2018, algumas operações deixaram de ser qualificadas como hedge de risco de mercado. O saldo correspondente ao ajuste ao valor justo do item objeto de hedge existente na data do encerramento do hedge contábil passou a ser diferido (exceto para os casos de liquidação antecipada do objeto) pelo prazo contratual dessas operações cujo efeito no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.398, líquido dos efeitos tributários, apresentado na rubrica "Resultado de instrumentos financeiros derivativos". Não houve novos desmontes de operações e nenhum efeito no resultado foi produzido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pois a amortização de desmontes anteriores já havia sido concluída.

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3.

Para proteger os fluxos de desembolsos futuros sobre títulos emitidos no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD), o Conglomerado negociou contratos de swap em mercado de balcão, registrados na B3.

Itens objeto de hedge

	Rubrica do balanço	31.12.2021		
		Valor contábil/referencial Passivos	Valor-base para calcular a inefetividade de hedge ⁽¹⁾	Reserva de hedge de fluxo de caixa
Banco e Consolidado				
Risco de taxa de juros				
Hedge de letras financeiras	Recursos de aceites e emissão de títulos	13.573.577	(262.256)	244.173
Hedge de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	93.362	(3.172)	2.596
Risco de variação cambial				
Hedge de bônus perpétuos - Passivos subordinados	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	1.684.531	(792.965)	84.108
Hedge de obrigações com TVM no exterior	Recursos de aceites e emissão de títulos	3.433.131	(186.465)	330.224
Total		18.784.601	(1.244.858)	661.101
				31.12.2020
Banco e Consolidado				
Risco de taxa de juros				
Hedge de letras financeiras	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.949.085	167.381	(25.191)
Hedge de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	410.305	36.161	(3.780)
Hedge de letras financeiras com garantia	Recursos de aceites e emissão de títulos	3.186.374	1.947	(1.531)
Risco de variação cambial				
Hedge de bônus perpétuos - Passivos subordinados	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	1.568.677	(615.921)	17.561
Hedge de obrigações com TVM no exterior	Recursos de aceites e emissão de títulos	3.193.642	465.790	(161.927)
Total		19.308.083	55.358	(174.868)

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de hedge que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de hedge resultam no montante de inefetividade do hedge.

Instrumentos de hedge

	31.12.2021			
	Valor contábil/referencial Ativos	Passivos	Valor-base para calcular a inefetividade de hedge ⁽¹⁾	Varição no valor do instrumento de hedge reconhecido em outros resultados abrangentes
Banco e Consolidado				
Risco de taxa de juros				
Futuros DI	-	13.187.458	265.693	277.270
Risco de variação cambial				
Swap ⁽¹⁾⁽²⁾	5.634.894	-	984.150	558.699
Total	5.634.894	13.187.458	1.249.843	835.969
				31.12.2020
Banco e Consolidado				
Risco de taxa de juros				
Futuros DI	-	14.513.812	(201.137)	143.175
Risco de variação cambial				
Swap ⁽¹⁾	5.566.692	-	147.288	(87.008)
Total	5.566.692	14.513.812	(53.849)	56.167

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de hedge que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de hedge resultam no montante de inefetividade do hedge.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base anual para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de hedge.

O valor referencial do contrato de swap para o hedge de bônus perpétuos é de R\$ 970.620 em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O valor referencial dos contratos de swap para o hedge de obrigações com TVM no exterior é de R\$ 3.406.100 em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A parcela efetiva e reconhecida no patrimônio líquido em Outros resultados abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a marcação a mercado da parcela efetiva, no montante de R\$ 835.969 (R\$ 56.167 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), foi reconhecida no patrimônio líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ 7.482 (R\$ 1.681 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) foi reconhecida no resultado em "Resultado de instrumentos financeiros derivativos".

Os ganhos líquidos dos efeitos fiscais relativos ao hedge de fluxo de caixa que o Conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 224.883 (perdas líquidas de R\$ 29.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, algumas operações deixaram de ser qualificadas como hedge de fluxo de caixa, o que gerou no período o resultado de R\$ (30.852) líquido dos efeitos tributários, apresentado na rubrica "Resultado de instrumentos financeiros derivativos". No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve operações que deixaram de ser qualificadas como hedge de fluxo de caixa.

g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco			
	2º Semestre/ 2021	2º Semestre/ 2020	Exercício/ 2021	Exercício/ 2020
Contratos de swap	944.379	(385.463)	850.708	(471.411)
Contratos a termo	7.433	(8.514)	11.541	(13.617)
Contratos de opções	(144.113)	129.810	(84.595)	(867.051)
Contratos de futuros	430.034	1.220	685.042	(741.261)
Derivativos de crédito	296	(1.888)	(285)	(9.782)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros objeto de hedge	(423.594)	(282.295)	(1.178.938)	(273.010)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	348.548	(340.960)	306.501	2.169.205
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	176.461	(79.313)	119.454	478.653
Credit Linked Notes	-	-	-	(32)
Total	1.339.444	(967.403)	709.428	271.694

11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS



Leve para a vida.

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.706/2018, o reconhecimento da remuneração do capital deverá ser efetuado em contrapartida à conta de lucros acumulados ou de reservas, ou seja, não mais tramitando em contas de resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes distribuições:

	Exercício/2021				Exercício/2020			
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data base da posição acionária	Data de pagamento	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data base da posição acionária	Data de pagamento
Juros sobre capital próprio ⁽¹⁾	700.000	6,64	31.12.2021	a pagar até 31.12.2022	700.000	6,64	31.12.2020	24.05.2021
Total destinado aos acionistas	700.000	6,64			700.000	6,64		

	Exercício/2021		Exercício/2020	
	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)
Lucro líquido do período - Banco Votorantim S.A.	1.561.308	1.030.310	1.561.308	1.030.310
Reserva legal	(78.065)	(51.516)	(78.065)	(51.516)
Base de cálculo	1.483.243	978.794	1.483.243	978.794
Dividendos	-	168.688	-	168.688
Juros sobre o capital próprio (bruto)	700.000	147.000	700.000	147.000
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(105.000)	(22.050)	(105.000)	(22.050)
Valor proposto	595.000	293.638	595.000	293.638
Valor pago antecipadamente	-	220.929	-	220.929
% sobre a base de cálculo	40%	30%	40%	30%

	2º Semestre/2021		2º Semestre/2020		Exercício/2021		Exercício/2020	
	2021	2020	2020	2020	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido - Banco Votorantim S.A. (R\$ mil)	746.702	620.408	620.408	1.928	1.561.308	1.030.310	1.561.308	1.030.310
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído) ⁽¹⁾⁽²⁾	11.807.321	11.807.321	11.807.321	11.807.321	11.807.321	11.807.321	11.807.321	11.807.321
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	63,24	52,54	52,54	132,23	132,23	87,26	132,23	87,26

⁽¹⁾ O número médio ponderado de ações é calculado com base na média da quantidade de ações de cada mês do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
⁽²⁾ O número médio ponderado de ações foi reapresentado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 devido ao agrupamento da totalidade de ações descrito na nota 24a, em conformidade com o CPC 41.

	Lucro líquido				Patrimônio líquido			
	2º Semestre/2021	2º Semestre/2020	Exercício/2021	Exercício/2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Banco Votorantim S.A.	746.702	620.408	1.561.308	1.030.310	11.922.690	10.746.169	11.922.690	10.746.169
Resultado não realizado - (RNR) ⁽¹⁾	1.297	1.209	2.530	34.309	5.861	7.548	5.861	7.548
Consolidado	747.999	621.617	1.563.838	1.064.619	11.928.551	10.753.717	11.928.551	10.753.717

⁽¹⁾ Refere-se ao resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas, líquido de impostos.

	2º Semestre/2021				2º Semestre/2020			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Banco e Consolidado	111.408	(19.341)	8.893	100.960	110.632	(4.640)	1.928	107.920
Títulos disponíveis para venda	110.632	(4.640)	1.928	107.920	110.632	(4.640)	1.928	107.920
Banco Votorantim ⁽¹⁾	776	(14.701)	6.895	(7.030)	776	(14.701)	6.895	(7.030)
Controladas	111.597	403.655	(181.646)	363.606	110.632	403.655	(181.646)	363.606
Hedge de fluxo de caixa	111.597	403.655	(181.646)	363.606	110.632	403.655	(181.646)	363.606
Banco Votorantim ⁽¹⁾	141.597	403.655	(181.646)	363.606	141.597	403.655	(181.646)	363.606
Total - Banco	253.005	384.314	(172.753)	464.566	253.005	384.314	(172.753)	464.566
Efeito do RNR ⁽²⁾	16.815	(2.163)	-	14.652	16.815	(2.163)	-	14.652
Total - Consolidado	269.820	382.151	(172.753)	479.218	269.820	382.151	(172.753)	479.218

	Exercício/2021				Exercício/2020			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Banco e Consolidado	245.530	(262.640)	118.070	100.960	245.530	(262.640)	118.070	100.960
Títulos disponíveis para venda	245.530	(262.640)	118.070	100.960	245.530	(262.640)	118.070	100.960
Banco Votorantim ⁽¹⁾	237.675	(235.368)	105.683	107.990	237.675	(235.368)	105.683	107.990
Controladas	7.855	(27.272)	12.387	10.970	7.855	(27.272)	12.387	10.970
Hedge de fluxo de caixa	(96.177)	835.969	(376.186)	363.606	(96.177)	835.969	(376.186)	363.606
Banco Votorantim ⁽¹⁾	(96.177)	835.969	(376.186)	363.606	(96.177)	835.969	(376.186)	363.606
Total - Banco	149.353	573.329	(258.116)	464.566	149.353	573.329	(258.116)	464.566
Efeito do RNR ⁽²⁾	18.870	(4.218)	-	14.652	18.870	(4.218)	-	14.652
Total - Consolidado	168.223	569.111	(258.116)	479.218	168.223	569.111	(258.116)	479.218

⁽¹⁾ Inclui agência no exterior.
⁽²⁾ O efeito tributário é apresentado na linha "Ativos fiscais".

	31.12.2021						31.12.2020					
	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	1.065.793	50,00%	584.042	50,00%	1.649.835	50,00%	1.065.793	50,00%	584.042	50,00%	1.649.835	50,00%
Banco do Brasil S.A.	1.065.793	50,00%	584.042	50,00%	1.649.835	50,00%	1.065.793	50,00%	584.042	50,00%	1.649.835	50,00%
Total	2.131.587	100,00%	1.168.083	100,00%	3.299.670	100,00%	2.131.587	100,00%	1.168.083	100,00%	3.299.670	100,00%
Residentes no país	2.131.587	100,00%	1.168.083	100,00%	3.299.670	100,00%	2.131.587	100,00%	1.168.083	100,00%	3.299.670	100,00%

	31.12.2020						31.12.2021					
	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	26.880.148	50,00%	25.815.588	50,00%	52.695.736	50,00%	26.880.148	50,00%	25.815.588	50,00%	52.695.736	50,00%
Banco do Brasil S.A.	26.880.148	50,00%	25.815.588	50,00%	52.695.736	50,00%	26.880.148	50,00%	25.815.588	50,00%	52.695.736	50,00%
Total	53.760.297	100,00%	51.631.176	100,00%	105.391.473	100,00%	53.760.297	100,00%	51.631.176	100,00%	105.391.473	100,00%
Residentes no país	53.760.297	100,00%	51.631.176	100,00%	105.391.473	100,00%	53.760.297	100,00%	51.631.176	100,00%	105.391.473	100,00%

	Banco				Consolidado			
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativos tributários correntes (Nota 25 a.1)	447.097	303.609	499.250	358.504	447.097	303.609	499.250	358.504
Ativos fiscais diferidos (Nota 25 a.2)	6.549.550	6.806.524	7.626.269	7.677.294	6.549.550	6.806.524	7.626.269	7.677.294
Total	6.996.647	7.110.133	8.125.519	8.035.798	6.996.647	7.110.133	8.125.519	8.035.798
Ativo circulante	297.514	13.932	329.129	46.268	297.514	13.932	329.129	46.268
Ativo não circulante	6.699.133	7.096.201	7.796.390	7.989.530	6.699.133	7.096.201	7.796.390	7.989.530

	Banco				Consolidado			
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Impostos e contribuições a compensar	298.332	154.844	349.322	206.500	298.332	154.844	349.322	206.500
Imposto de renda a recuperar	-	-	1.163	3.239	-	-	1.163	3.239
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	148.765	148.765	148.765	148.765	148.765	148.765	148.765	148.765
Total ⁽¹⁾	447.097	303.609	499.250	358.504	447.097	303.609	499.250	358.504

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes a compensar cujo prazo esperado para compensação é superior a 12 meses.

	Exercício/2021				Exercício/2020			
	Saldo	Movimentação	Constituição ⁽¹⁾	Baixa ⁽²⁾	Saldo	Movimentação	Constituição ⁽¹⁾	Baixa ⁽²⁾
Diferenças temporárias	6.099.560	2.395.451	(2.570.175)	5.924.836	6.099.560	2.395.451	(2.570.175)	5.924.836
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	4.070.766	1.926.032	(1.649.383)	4.347.415	4.070.766	1.926.032	(1.649.383)	4.347.415
Provisões passivas	685.508	83.166	(139.076)	629.598	685.508	83.166	(139.076)	629.598
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽¹⁾	739.186	353.887	(739.186)	353.887	739.186	353.887	(739.186)	353.887
Outras provisões ⁽²⁾	604.100	32.366	(42.530)	593.936	604.100	32.366	(42.530)	593.936
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	706.964	26.492	(108.742)	624.714	706.964	26.492	(108.742)	624.714
Total dos créditos tributários ativados	6.806.524	2.421.943	(2.678.917)	6.549.550	6.806.524	2.421.943	(2.678.917)	6.549.550
Imposto de renda	3.761.050	1.476.754	(1.424.512)	3.613.292	3.761.050	1.476.754	(1.424.512)	3.613.292
Contribuição social	3.045.474	1.145.189	(1.254.405)	2.936.258	3.045.474	1.145.189	(1.254.405)	2.936.258

	Exercício/2021				Exercício/2020			
	Saldo	Movimentação	Constituição ⁽¹⁾	Baixa ⁽²⁾	Saldo	Movimentação	Constituição ⁽¹⁾	Baixa ⁽²⁾
Diferenças temporárias	6.531.918	2.720.428	(2.663.589)	6.588.757	6.531.918	2.720.428	(2.663.589)	6.588.757
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	4.408.134	2.198.534	(1.708.414)	4.898.254	4.408.134	2.198.534	(1.708.414)	4.898.254
Provisões passivas	765.941	129.032	(170.010)	724.963	765.941	129.032	(170.010)	724.963
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽¹⁾	739.186	358.536	(739.186)	358.536	739.186	358.536	(739.186)	



Leve para a vida.

AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Grutudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03

Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Análise de sensibilidade 2

São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- Cenário 1** - Na construção desse cenário, as moedas sofrem choques de 1% sobre o valor de fechamento. O valor estressado do dólar americano (DOL-CL da BM&F), seria de R\$ 5,5779 (101% de R\$ 5,6337) (R\$ 5,2297 em 31 de dezembro de 2020). O índice BOVESPA chocado é de 105.871 pontos, equivalente a 101% do valor de fechamento em 31 de dezembro de 2021 (120.603 pontos em 31 de dezembro de 2020). As curvas de juros pré-fixado, de cupons de índice de preços, de cupons de moeda estrangeira e demais cupons de taxa de juros sofrem choques paralelos de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam ou reduzem em 0,10%.
- Cenário 2** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 25% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% sobre o valor de fechamento. A taxa pré, no dia 31 de dezembro de 2021, para o prazo de um ano é 11,8056% (2,8590% em 31 de dezembro de 2020). Desse modo, toda a curva é chocada em 2,95% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado (0,71% em 31 de dezembro de 2020).
- Cenário 3** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 50% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 50% sobre o valor de fechamento.

Na análise feita para as operações classificadas na carteira *banking*, tem-se que a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Conglomerado. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito, captações e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no patrimônio líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira *trading*, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações com acordo de recompra, e *banking*, apresentando os valores observados em cada data-base:

Carteira *trading*

Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	Varição de taxas	Resultado	Varição de taxas	Resultado	Varição de taxas	Resultado
Fator de risco/conceito						
Taxa prefixada/Risco de variação das taxas prefixadas de juros	676.492	Aumento	52	Redução	(1.675)	Redução
Cupons de moedas estrangeiras/Risco de variação de cupom cambial	1.446.655	Aumento	(816)	Aumento	(1.945)	Aumento
Varição cambial/Risco de variação das taxas de câmbio	2.005.058	Aumento	19.969	Redução	(513.924)	Redução
Índice de preços/Risco de variação de cupons de índices de preços	47.172	Aumento	(194)	Aumento	(2.198)	Aumento
Outros/Risco de variação dos demais cupons	2.552	Aumento	21	Redução	(1.220)	Redução
			31.12.2021			
Taxa prefixada/Risco de variação das taxas prefixadas de juros	656.318	Aumento	(140)	Aumento	(1.082)	Aumento
Cupons de moedas estrangeiras/Risco de variação de cupom cambial	(68.618)	Aumento	1.078	Redução	(2.324)	Redução
Varição cambial/Risco de variação das taxas de câmbio	(155.881)	Aumento	(1.523)	Aumento	(26.443)	Aumento
Índice de preços/Risco de variação de cupons de índices de preços	16.076	Aumento	(70)	Aumento	(313)	Aumento
Outros/Risco de variação dos demais cupons	-	Manutenção	-	Manutenção	-	Manutenção

Carteira *trading* e *banking*

Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	Varição de taxas	Resultado	Varição de taxas	Resultado	Varição de taxas	Resultado
Fator de risco/conceito						
Taxa prefixada/Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(2.305.895)	Aumento	(16.593)	Aumento	(472.276)	Aumento
Cupons de moedas estrangeiras/Risco de variação de cupom cambial	1.219.867	Aumento	6.250	Redução	(16.254)	Redução
Varição cambial/Risco de variação das taxas de câmbio	(56.928)	Aumento	495	Redução	(29.560)	Redução
TJLP/Risco de variação de cupom de TJLP	(15.048)	Aumento	(6)	Aumento	(73)	Aumento
TR/TBF/Risco de variação de cupom de TR e TBF	20.929	Aumento	218	Manutenção	-	Manutenção
Índice de preços/Risco de variação de cupons de índices de preços	682.265	Aumento	(985)	Aumento	(11.895)	Aumento
Outros/Risco de variação dos demais cupons	2.610	Aumento	21	Redução	(1.220)	Redução
			31.12.2020			
Taxa prefixada/Risco de variação das taxas prefixadas de juros	16.373.558	Aumento	(16.897)	Aumento	(119.848)	Aumento
Cupons de moedas estrangeiras/Risco de variação de cupom cambial	(7.091.414)	Aumento	11.651	Redução	(32.808)	Redução
Varição cambial/Risco de variação das taxas de câmbio	(337.278)	Aumento	(2.582)	Aumento	(51.297)	Aumento
TJLP/Risco de variação de cupom de TJLP	(29.586)	Aumento	12	Redução	(70)	Redução
TR/TBF/Risco de variação de cupom de TR e TBF	35.152	Aumento	342	Manutenção	-	Manutenção
Índice de preços/Risco de variação de cupons de índices de preços	591.925	Aumento	(1.111)	Aumento	(5.188)	Aumento
Outros/Risco de variação dos demais cupons	14.414	Manutenção	-	Manutenção	-	Manutenção

(iii) Testes de estresse

O Conglomerado utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Estes testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência. O programa de testes de estresse de risco de mercado do Conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em testes retrospectivos.

Testes retrospectivos

O teste retrospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários: 2005 até a data-base de referência;
- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição.

Para as estimativas de ganhos e perdas do teste retrospectivo de estresse na Carteira Consolidada, em 31 de dezembro de 2021 e com base na percepção da alta Administração acerca do comportamento das ações, *commodities*, moedas estrangeiras e taxas de juros, foram utilizados dois cenários:

- Cenário I** - Nesse cenário, as curvas de juros sofrem choques paralelos positivos; a taxa de câmbio (real/dólar) considerada é de R\$ 6,31 (R\$ 5,86 em 31 de dezembro de 2020); as *commodities* sofrem choques positivos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de dezembro de 2021; e é aplicada uma variação negativa de -15,28% no Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2020).
- Cenário II** - Nesse cenário as curvas de juros sofrem choques paralelos negativos; a taxa de câmbio (real/dólar) considerada é de R\$ 4,97 (R\$ 4,62 em 31 de dezembro de 2020); as *commodities* sofrem choques negativos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de dezembro de 2021; e é aplicada uma variação positiva de 24,49% do Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2020).

Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na carteira consolidada dentro os cenários da série histórica utilizados na simulação. Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse - Carteira consolidada

Fator de risco	31.12.2021		31.12.2020	
	Exposição	Estresse ⁽ⁱ⁾	Exposição	Estresse ⁽ⁱ⁾
Ações	2.610	(1.797)	14.414	-
Moedas estrangeiras	(56.928)	(1.392)	(337.278)	(42.530)
Taxa de juros	(397.882)	(282.723)	9.879.634	(309.818)
Total	(452.200)	(295.912)	9.556.770	(352.348)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse - Carteira consolidada

Fator de risco	31.12.2021		31.12.2020	
	Exposição	Estresse ⁽ⁱ⁾	Exposição	Estresse ⁽ⁱ⁾
Ações	2.610	86	14.414	-
Moedas estrangeiras	(56.928)	10.040	(337.278)	41.462
Taxa de juros	(397.882)	223.992	9.879.634	196.501
Total	(452.200)	234.118	9.556.770	237.963

⁽ⁱ⁾ Os testes de estresse otimista e pessimista para o grupo de ações é feito somente sob o índice BOVESPA.

(iv) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** Inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

Consolidado	31.12.2021				31.12.2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo								
Aplicações interfinanceiras de liquidez objeto de <i>hedge</i> (Nota 10f)	-	402.746	-	402.746	-	501.451	-	501.451
Títulos e valores mobiliários (Nota 9a)	14.592.676	6.796.323	712.763	22.101.762	19.907.487	4.427.674	575.439	24.910.600
Títulos para negociação	4.732.679	1.664.200	-	6.396.879	5.178.398	1.101.299	-	6.279.697
Títulos disponíveis para venda	9.859.997	5.132.123	712.763	15.704.883	14.729.089	3.326.375	575.439	18.630.903
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	21.357	3.692.400	-	3.713.757	849.482	2.771.658	-	3.621.140
Carteira de crédito objeto de <i>hedge</i> (Nota 10f)	-	16.744.958	-	16.744.958	-	18.985.162	-	18.985.162
Total	14.614.033	27.636.427	712.763	42.963.223	20.756.969	26.685.945	575.439	48.018.353
Passivo								
Captação no mercado aberto - Carteira livre movimentação (Nota 17c)	-	(582.751)	-	(582.751)	-	(2.525.751)	-	(2.525.751)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	(35.545)	(2.329.794)	-	(2.365.339)	(929.988)	(2.675.669)	-	(3.605.657)
Total	(35.545)	(2.912.545)	-	(2.948.090)	(929.988)	(5.201.420)	-	(6.131.408)

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Conforme os níveis de informação na mensuração do valor justo, as seguintes técnicas de avaliação são aplicadas:

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são obtidos pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado.

Neste contexto, o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balanço) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confirmam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento é incluído no nível 2.

Para o valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, não existem informações de precificação observáveis em mercado ativo. O Conglomerado usa critérios de precificação a partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos internos estruturados.

Para as ações não cotadas em bolsa, atualmente classificados no nível 3, o processo de avaliação de valor justo utiliza o modelo de Merton, considerando os fluxos de caixa esperados, sujeitos as condições definidas em contrato e avalia o comportamento dos ativos da empresa (informação das Demonstrações Contábeis das empresas) através da estimativa da volatilidade dos ativos. Este parâmetro é gerado a partir da volatilidade histórica de ativos semelhantes observáveis no mercado.

A qualidade e a aderência dos modelos utilizados são garantidas através de um processo estruturado de governança. As áreas responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócios. Os modelos utilizados são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados internamente na Comissão de Risco de Mercado.

(v) Movimentação do nível 3

Consolidado	Exercício/2021				Exercício/2020			
	Saldo em 31.12.2020	Adições/(liquidações)	Resultado/outras movimentações	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2019	Adições/(liquidações)	Resultado/outras movimentações	Saldo em 31.12.2020
Ativo								
Títulos e valores mobiliários	575.439	64.121	73.203	712.763	575.439	64.121	73.203	712.763
Total	575.439	64.121	73.203	712.763	575.439	64.121	73.203	712.763

Consolidado	Exercício/2021				Exercício/2020			
	Saldo em 31.12.2020	Adições/(liquidações)	Resultado/outras movimentações	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2019	Adições/(liquidações)	Resultado/outras movimentações	Saldo em 31.12.2020
Ativo								
Títulos e valores mobiliários	216.043	401.308	(41.912)	575.439	216.043	401.308	(41.912)	575.439
Total	216.043	401.308	(41.912)	575.439	216.043	401.308	(41.912)	575.439

(vi) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados a custo corrigido

Consolidado	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos	68.048.099	67.367.302	58.078.607	58.394.087
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil (Nota 11b)	1.492.118	1.492.118	984.105	984.105
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Notas 7/8a)	6.079.979	6.079.979	9.260.155	9.260.155
Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento (Nota 9a)	13.796.106	13.115.352	9.287.610	9.598.667
Carteira de crédito (Notas 12a/29.1.d.3)	44.333.258	44.333.215	35.187.280	35.191.703
Outros ativos financeiros (Nota 13a)	2.346.638	2.346.638	3.359.457	3.359.457
Passivos	(98.321.605)	(99.527.169)	(94.498.847)	(97.558.314)
Captações no mercado aberto (Notas 17c/29.1.d.3)	(16.237.842)	(16.102.470)	(12.503.078)	(13.095.934)
Depósitos (Nota 17a)	(24.046.720)	(24.650.396)	(25.510.391)	(25.919.341)
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18)	(5.102.555)	(5.038.626)	(3.745.402)	(4.294.627)
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 19)	(38.273.281)	(38.799.695)	(40.154.521)	(41.295.284)
Dividas subordinadas e instrumentos de dividas elegíveis a capital (Nota 20)	(3.588.447)	(3.865.222)	(3.693.126)	(4.060.776)
Outros passivos financeiros (Nota 21a)	(11.072.760)	(11.072.760)	(8.892.329)	(8.892.329)
Total	(30.273.506)	(32.159.867)	(36.420.240)	(39.164.244)

Métricas utilizadas na determinação do valor justo dos principais instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo, por se tratarem de operações de curto prazo na sua maioria.

Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de "negociação" e "disponível para venda" são contabilizados pelo seu valor justo, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Operações de crédito e arrendamento mercantil: As operações de crédito alocadas em programas de *Hedge Accounting*, do tipo *hedge* de risco de mercado, são contabilizadas pelo seu valor justo. Para as operações de arrendamento mercantil, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes e para as demais operações, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.



Leve para a vida.

BANCO VOTORANTIM S.A.
 CNPJ 59.588.111/0001-03
 Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000
 Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Meio ambiente
 O banco BV é um dos principais bancos financiadores de placas fotovoltaicas para energia solar de uso residencial e em 31 de dezembro de 2021 essa carteira é de R\$ 2.513.353 (R\$ 892.086 em 31 de dezembro de 2020).

Em março de 2020, o banco BV realizou a primeira emissão de título verde (*green bond*) no montante de R\$ 255.535 registrado na rubrica de Recursos de aceites e emissão de títulos, que foram destinados a ativos ou projetos relacionados à geração de energia renovável, como financiamento de painéis solares e desenvolvimento de parques eólicos. A emissão inaugural do banco obteve a certificação internacional do *Climate Bonds Standard*, que é coordenado pela *Climate Bonds Initiative* (CBI). A CBI é uma organização sem fins lucrativos focada na promoção de investimentos em grande escala na economia de baixo carbono. É a única organização no mundo que possui *Climate Bonds Standard* e Critérios Setoriais para certificar as emissões como verde. Os materiais referentes à emissão como *Green Bond Framework*, Parecer de Segunda Opinião, Relatório Anual, e *Post-issuance Verification* podem ser consultados em www.bancobv.com.br.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o banco BV realizou novas emissões de títulos verdes (letras financeiras) no montante de R\$ 759.050, registrado na rubrica de Recursos de aceites e emissão de títulos.

Obrigações por TVM no exterior	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
						31.12.2021	31.12.2020
Com variação cambial	USD	50.000	3,35% a.a. + variação cambial	2020	2024	280.739	261.431
Letras financeiras						801.992	-
Pos-fixado	R\$	293.150	de 1,23% a 1,37% a.a. + DI	2021	2024	302.919	-
Pos-fixado	R\$	465.900	de 5,26% a 5,84% a.a. + IPCA	2021	2027	499.073	-
Total						1.082.731	261.431

Em novembro de 2020, o banco BV anunciou um compromisso público de compensar a totalidade das emissões de CO₂ dos automóveis que financiar a partir de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o banco BV reconheceu no resultado (em Outras despesas operacionais) a provisão de despesas de CO₂, em contrapartida ao passivo correspondente, registrado em Outros passivos - Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV. O banco adquiriu créditos de carbono, representando o total de 5,274 milhões toneladas de CO₂, registrado na rubrica de Ativos intangíveis e seu consumo (amortização) é realizado com base no volume de CO₂ produzidos pelos veículos financiados, registrado na rubrica de Outras despesas administrativas - Amortização. As práticas contábeis adotadas pela Instituição para o reconhecimento e mensuração dos créditos de carbono que são adquiridos e do passivo correspondente ao compromisso de compensação da emissão de carbono estão descritas nas notas explicativas 4l e 4r, respectivamente.

No quadro a seguir, são demonstrados os efeitos contábeis do registro patrimonial e resultado:

	Banco e Consolidado		2º Semestre/ 2021	2º Semestre/ 2020	Exercício/ 2021	Exercício/ 2020
	31.12.2021	31.12.2020				
Ativo						
Ativos intangíveis (Nota 16a)						
Créditos de carbono - Valor de custo					23.187	-
Créditos de carbono - Amortização acumulada					(4.386)	-
Passivo						
Outros passivos (Nota 21a)					428	-
Compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV					428	-
Resultado						
Outras despesas administrativas (Nota 22d)					(2.550)	-
Amortização					(2.550)	-
Outras despesas operacionais (Nota 22f)					(1)	-
Provisão despesas de compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV					(1)	-
Total de despesas reconhecidas no resultado					(2.551)	-

Desde 2020, o Banco faz a compensação das suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o que se tornou um compromisso público em 2021. O compromisso é a compensação anual de 100% das emissões de GEE diretas, reconhecendo no resultado (em Outras despesas administrativas - Outros) o montante de R\$ 57 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 196 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), referentes à aquisição de 10 mil toneladas de créditos de carbono e demais despesas de consultoria e auditoria para a realização do inventário de GEE.

c) Social

Diante da pandemia causada pela COVID-19, o banco BV destinou o montante de R\$ 32.548 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 registrado em Outras despesas administrativas - Contribuições filantrópicas. O objetivo é o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade e contribui com a melhoria da infraestrutura hospitalar, cuja gestão conta com o apoio da Fundação Banco do Brasil e do Instituto Votorantim. Em 2021 o banco BV continua promovendo ações de apoio e destinou o montante de R\$ 1.068 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O banco BV também apoia diversos projetos sociais incentivados e destinou o montante de R\$ 10.525 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.981 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Também visando diminuir os impactos da pandemia da COVID-19, o banco implementou um amplo programa de renegociação de créditos. Informações adicionais sobre esse programa e volumes renegociados estão descritas nas notas explicativas 5.2.a e 12i.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (*financial covenants*). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do Bacen. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Conglomerado não possui operações com estas características.

b) Informações de agência no exterior

	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante e não circulante	7.979.096	8.747.286
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	7.979.096	8.747.286
Total do ativo	7.979.096	8.747.286
Passivo circulante e não circulante	(6.185.903)	(7.105.914)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	(6.185.903)	(7.105.914)
Patrimônio líquido	(1.793.193)	(1.641.372)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch ⁽¹⁾	(1.793.193)	(1.641.372)
Total do passivo	(7.979.096)	(8.747.286)
Lucro		
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch ⁽²⁾	54.098	47.426
	54.098	47.426
	114.327	43.649

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a agência Nassau Branch realizou o pagamento de dividendos no montante de USD 150.000 (R\$ 754.545).
⁽²⁾ Inclui variação cambial.

c) Cobertura de seguros
 O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes

Riscos cobertos	31.12.2021		31.12.2020	
	Valores cobertos	Valor do prêmio	Valores cobertos	Valor do prêmio
Banco				
Seguro garantia - Fiança para processos judiciais	1.196.449	7.676	1.118.545	7.062
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	117.000	28	117.300	40
Seguro cibernético	100.000	2.318	100.000	1.810
Consolidado				
Seguro garantia - Fiança para processos judiciais	1.374.444	8.411	1.159.710	7.384
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	122.700	31	123.000	43
Seguro cibernético	100.000	2.318	100.000	1.810

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional
 Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

e) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio líquido		
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Capital social	Reservas de capital e de lucros ⁽¹⁾	Total
Saldo em 30.06.2021	169.195	3.135.728	-	8.130.372	2.507.174	13.942.469
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	-	-	820.578	820.578
Variações com efeito de caixa	(84.938)	37.199	-	-	-	(47.739)
Liquidação	-	(442.033)	-	-	-	(442.033)
Transferências	(466.437)	466.437	-	-	-	-
Recursos provenientes de novas captações	381.499	-	-	-	-	381.499
Impostos e taxas	-	12.795	-	-	-	12.795
Variações sem efeito de caixa	9.394	321.869	595.000	-	-	926.263
Despesas com juros	9.394	-	-	-	-	148.379
Variação cambial	-	173.490	-	-	-	173.490
Juros sobre capital próprio declarados a pagar ⁽²⁾	-	-	595.000	-	-	595.000
Saldo em 31.12.2021	93.651	3.494.796	595.000	8.130.372	3.327.752	15.641.571

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio líquido		
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Capital social	Reservas de capital e de lucros ⁽¹⁾	Total
Saldo em 31.12.2020	193.543	3.499.583	72.709	8.130.372	2.466.444	14.362.651
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	-	-	861.308	861.308
Variações com efeito de caixa	(112.552)	(399.054)	(72.709)	-	-	(584.315)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos ⁽²⁾	-	-	(72.709)	-	-	(72.709)
Liquidação	(27.684)	(1.012.750)	-	-	-	(1.040.434)
Transferências	(588.432)	588.432	-	-	-	-
Recursos provenientes de novas captações	503.564	-	-	-	-	503.564
Impostos e taxas	-	25.264	-	-	-	25.264
Variações sem efeito de caixa	12.660	394.267	595.000	-	-	1.001.927
Despesas com juros	12.660	-	-	-	-	279.127
Variação cambial	-	115.140	-	-	-	115.140
Juros sobre capital próprio declarados a pagar ⁽²⁾	-	-	595.000	-	-	595.000
Saldo em 31.12.2021	93.651	3.494.796	595.000	8.130.372	3.327.752	15.641.571

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio líquido		
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Capital social	Reservas de capital e de lucros ⁽¹⁾	Total
Saldo em 31.12.2019	3.116.893	3.480.275	25.042	8.130.372	1.751.822	16.504.404
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	220.929	-	714.622	935.551
Variações com efeito de caixa	(3.055.154)	(604.097)	(245.971)	-	-	(3.905.222)
Dividendos pagos	-	-	(245.971)	-	-	(245.971)
Liquidação	(3.227.232)	(469.231)	-	-	-	(3.696.463)
Transferências	157.078	(157.078)	-	-	-	-
Recursos provenientes de novas captações	15.000	-	-	-	-	15.000
Impostos e taxas	-	22.212	-	-	-	22.212
Variações sem efeito de caixa	131.804	623.405	72.709	-	-	827.918
Despesas com juros	19.127	273.605	-	-	-	292.732
Variação cambial	112.677	349.800	-	-	-	462.477
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados a pagar ⁽²⁾	-	-	72.709	-	-	72.709
Saldo em 31.12.2020	193.543	3.499.583	72.709	8.130.372	2.466.444	14.362.651

⁽¹⁾ Refere-se ao saldo de reservas de capital e de lucros do Banco Votorantim. Não inclui o lucro do período registrado em lucros acumulados.
⁽²⁾ Valor líquido de impostos.

f) Administração e gestão de recursos de terceiros

Posição dos fundos de investimentos que estão sob gestão e/ou são administrados pela BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.⁽¹⁾:

	Quantidade de fundos/carteiras	Saldo
	31.12.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos e carteiras administradas	210	52.340.574
	239	49.493.721

⁽¹⁾ Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social da Votorantim Asset DTVM para BV DTVM.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aquisição de participação do Portal Solar

Em 14 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil autorizou o BV a aumentar o percentual de participação societária no Portal Solar S.A. com um investimento de R\$ 45 milhões. A operação foi liquidada em 12 de janeiro de 2022.

A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEGUNDO SEMESTRE DE 2021

Introdução

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário, disciplinado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") 4.910/2021, pelo Estatuto Social do Banco e por seu Regimento Interno.

É órgão de assessoramento do Conselho de Administração do Banco Votorantim S.A. ("Banco"), atua em caráter permanente e com independência. No segundo semestre de 2021, o Comitê atuou com três membros, sendo um indicado pelo acionista Banco do Brasil S.A. (Nilson Martiniano Moreira), um indicado pela acionista Votorantim Finanças S.A. (José Danúbio Rozo) e um indicado de comum acordo entre os acionistas (Rudinei dos Santos).

Em 10/11/2021, o Conselho de Administração aprovou:

(i) A eleição de Walter Eustáquio Ribeiro, indicado pelos acionistas Banco do Brasil S.A., em substituição a Nilson Martiniano Moreira. Walter Eustáquio Ribeiro foi empossado no cargo em 31/12/2021;

O Banco optou, conforme faculta o artigo 9, parágrafo 4º, I da Resolução CMN 4.910/2021, pela constituição de Comitê de Auditoria único para o Banco e para as sociedades controladas, em conjunto denominadas "Conglomerado". Em conformidade com o Estatuto Social do Banco e seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria tem como atribuições principais, além de outras previstas na legislação ou designadas pelo Conselho de Administração, avaliar a efetividade do sistema de controles internos, revisar as demonstrações contábeis previamente a sua publicação, avaliar a efetividade das avaliações interna e independente, exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pelo Banco que aderiram ao Comitê de Auditoria único.

As administrações do Banco e de suas sociedades controladas são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna tem como missão prover os acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos, a adequação dos controles e cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é a empresa responsável pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, a quem cabe opinar sobre a sua adequação em relação à posição financeira e patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades exercidas no período

No intuito de cumprir suas atribuições e em atendimento ao previsto em seu Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo Conselho de Administração em 03/12/2020, o Comitê de Auditoria realizou 48 reuniões com diversos órgãos e áreas, incluindo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Riscos e de Capital, representantes da alta direção, auditorias interna e independente e com os principais responsáveis pelas áreas de negócios e controles.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
 Banco Votorantim S.A.

Opinião
 Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Votorantim S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Votorantim S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. e do Banco Votorantim S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
 Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o
-----------------	--------



Leve para a vida.



BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000
Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, apresentadas como informações suplementares para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

O exame das demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de fevereiro de 2021, sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora - CRC 1SP192785/O-4

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 17/03/2022 18:32

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash:1647466322b7865ebc21c8433a9b5a12e73e051712